

A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939)

The Portuguese press in inter-war European exile (1927-1939)

Cristina Clímaco

Universidade de Paris 8
cristina.climaco@univ-paris8.fr
ORCID ID: [0000-0001-6791-1819](https://orcid.org/0000-0001-6791-1819)

Resumo: A oposição à ditadura militar e ao Estado Novo vê na imprensa um poderoso meio de propaganda em favor do regime republicano. Em Portugal, a repressão política e a censura à imprensa condicionam a discussão em torno da nova República, pelo que esta passará pela imprensa do exílio e será o ferro de lança da esquerda republicana. Instrumento de doutrinação republicana e de luta política contra a ditadura militar e o Estado Novo, a imprensa do exílio desposa as fracturas das correntes republicanas oposicionistas, tendo nelas as suas limitações, e condicionando por isso a publicação de *A Revolta*, *A Liberdade* e *A Verdade*. A vitória eleitoral da Frente Popular em Espanha, em Fevereiro de 1936, e em França, em Abril desse mesmo ano, criam um contexto favorável à publicação de um novo jornal pelo republicanismo exilado, mas é o desencadear da guerra de guerra civil em Espanha e a necessidade do governo republicano de multiplicar os suportes da propaganda antifascista que darão o estímulo final à publicação do *Unir*, órgão da Frente Popular Portuguesa (FPP) e de *Liberdade*, este ligado ao antifascismo de carácter anarquista, que se publicarão em Paris entre 1937 e 1939. No caso da imprensa exilada anarquista, para além de servir de elo de união entre os dispersos núcleos de exilados, procura ser também uma janela aberta para o exterior dos movimentos anarquista e anarco-sindicalista em Portugal, a sofrer grande repressão no interior do país. Entre 1932 e 1938 é publicado em Espanha o jornal *Rebelião*, órgão da FAPE, e o boletim, *A Voz do Núcleo*, órgão do Núcleo Cultural Português de Madrid. “Armas de papel” da oposição no exílio, as publicações editadas no exterior entre 1927 e 1939 tornaram-se “monumentos de papel» da resistência antifascista, constituindo uma alavanca para o emergir da memória das oposições à ditadura militar e ao Estado Novo no entre-guerras.

Palavras-chave: imprensa antifascista; imprensa anarquista; imprensa republicana; *Unir*; exílio no entre-guerras

Abstract: *The opposition to the military dictatorship and the Estado Novo sees the press as a powerful means of propaganda in favour of the republican regime. In Portugal, political repression and censorship of the press condition the discussion about the new Republic, so that it will pass through the exile press and will be the spear-iron of the republican left. As an instrument of republican indoctrination and political struggle against the military dictatorship and the Estado Novo, the exile press reveals the fractures in the opposition republican currents, with its limitations, conditioning the publication of A Revolta, A Liberdade and A Verdade. The electoral victory of the Popular Front in Spain, in February 1936, and in France, in April of the same year, create a favourable context for the publication of a new newspaper by the exiled republicans, but it is the outbreak of the civil war in Spain and the need of the republican government to multiply the supports for anti-fascist propaganda that will give the final stimulus to the publication of Unir, organ of the Portuguese Popular Front (FPP) and of Liberdade, this one linked to anti-fascism of an anarchist nature, which will be published in Paris between 1937 and 1939. In the case of the anarchist exile press, besides serving as a link between the dispersed nuclei of exiles, it also seeks to be an open window to the exterior of the anarchist and anarcho-syndicalist movements in Portugal, which suffer great repression within the country. Between 1932 and 1938 the newspaper Rebelião, organ of FAPE, and the bulletin, The Voice of the Nucleus, organ of the Portuguese Cultural Nucleus of Madrid, are published in Spain. “Paper weapons” of the opposition in exile, the publications edited abroad between 1927 and 1939 became “paper monuments” of the anti-fascist resistance, constituting a lever for the emergence of the memory of the oppositions to the military dictatorship and the Estado Novo in the inter-war period.*

Keywords: antifascist press; anarchist press; republican press; *Unir*; interwar exile.

Introdução

Exilados em França e em Espanha entre 1927 e 1940, os opositores à ditadura militar e ao Estado Novo vêem na imprensa um poderoso meio de propaganda em favor do regime republicano, ameaçado com o golpe do 28 de Maio e que a institucionalização do Estado Novo acabaria por ferir de morte. No entanto, a luta travada pelo regresso à República tem

intrínseco um novo projecto de regime republicano rejeitando o simples retorno à República saída de Monsanto, em 1919. Em Portugal, a repressão política e a censura à imprensa condicionam a discussão em torno da nova República, pelo que esta passará pela imprensa do exílio e será o ferro de lança da esquerda republicana, pretendendo deste modo dar continuidade à obra de republicanização¹ da Nação. Instrumento de doutrinação republicana e de luta política contra a ditadura militar e o Estado Novo, a imprensa do exílio desposa as fracturas das correntes republicanas oposicionistas, tendo nelas as suas limitações.

O regresso à República democrática e parlamentar é o objectivo primeiro da oposição republicana, que se alcança pela *revolução* e cujo sucesso passa pelo incremento da ideia republicana nas camadas menos impregnadas deste ideal. A imprensa assume uma função primordial de propaganda e de doutrinação para fazer regressar ao republicanismo “os correccionários tresmalhados” e alargar a sua base de apoio através da promoção dos princípios e valores republicanos, cujos resultados se medem em homens — para a revolução — e em dinheiro — para a propaganda, assistência, compra de armamento. Nestas condições, revolução e propaganda são dois eixos de acção, conduzidos de modo paralelo e independente, mas estreitamente complementares.

A propaganda republicana produzida no exterior de Portugal traduz-se pela publicação de manifestos, panfletos, brochuras e jornais, que serão introduzidos clandestinamente no país. Logo à chegada ao exílio, em Fevereiro de 1927, Jaime Cortesão e Raul Proença teriam tido a ideia de imprimir um jornal, em Madrid, que seria em seguida introduzido clandestinamente em Portugal². A iniciativa é contrariada pela ditadura espanhola, para depois vir a ser concretizada em França, onde os exilados dispõem de maior liberdade de acção. Em Paris, serão editados os jornais *A Revolta*, entre Abril e Outubro de 1927, e *A Liberdade*, em Fevereiro de 1930, que devem ser encarados como instrumentos de propaganda republicana e de combate à ditadura militar. Uma alusão de Alexandre Vieira a um jornal que uma tipografia de Melun estaria a imprimir, em Agosto de 1928, deixa supor a existência de um outro título impresso em França³, mas sobre o qual não há maior informação. Em 1931, com a implantação da II República em Espanha, os exilados instalam as suas bases de acção e de apoio aos preparativos revolucionários no país vizinho, e a necessidade de um órgão no exílio torna-se menos premente, dado o clima favorável à causa portuguesa manifestado pela imprensa espanhola de esquerda, no Verão de 1931 (Oliveira, 1987), que poderia ser utilizada em Portugal como

1 Por *republicanização* entenda-se a depuração da administração pública, da educação e da imprensa, a substituição de funcionários e de directores de jornais por elementos republicanos, de maneira a enraizar o princípio do regime liberal e parlamentar.

2 Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), P3 A10 M39, ofício do cônsul de Portugal em Tuy para MNE, de 2 de Junho de 1927.

3 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), E7/2000, correspondência de Alexandre Vieira para Raul Proença, de 10 de Agosto de 1928.

material de propaganda. É apenas em 1933, quando o acesso à imprensa espanhola se torna mais difícil que os exilados voltam a publicar um órgão próprio, à imagem do que foi feito em França, aproveitando a chegada ao exílio de Armando Cortesão, director de *A Verdade*, um jornal clandestino impresso nas oficinas da Universidade de Coimbra. A série espanhola de *A Verdade* será publicada entre Outubro de 1933 e Fevereiro de 1934, mas os acontecimentos em Espanha, as restrições impostas à actividade dos portugueses e as dissensões internas da oposição republicana condicionam este género de iniciativas.

As vitórias eleitorais das Frentes Populares, em Espanha, em Fevereiro de 1936, e em França, em Abril desse mesmo ano, criam um contexto favorável à publicação de um novo jornal pelo republicanismo exilado, mas é o desencadear da guerra de guerra civil em Espanha e a necessidade do governo republicano multiplicar os suportes da propaganda antifascista que darão o estímulo final à publicação do *Unir*, órgão da Frente Popular Portuguesa (FPP) e de *Liberdade*, este ligado ao antifascismo de carácter anarquista, que se publicarão em Paris entre 1937 e 1939, graças também à relativa abertura da administração francesa durante o período em apreço.

No caso da imprensa exilada anarquista, para além de servir de elo de união entre os dispersos núcleos de exilados, procura ser também uma janela aberta para o exterior dos movimentos anarquista e anarco-sindicalista, a sofrer grande repressão no interior do país. Entre 1932 e 1938 é publicado em Espanha o jornal *Rebelião*, órgão da FAPE. Num contexto de repressão do movimento operário, a função que cabe a esta imprensa é assim dupla: dar a conhecer no exterior a luta desenvolvida pelo movimento operário em Portugal, e levar para o interior o pulsar das congéneres estrangeiras e das lutas conduzidas em prol dos ideais anarquistas, assim como reflectir as questões que atravessam o movimento a nível peninsular e internacional. Quanto à imprensa comunista, o único jornal do qual há conhecimento que se tenha publicado no exílio é *O Bolchevista*, no Verão de 1935, em Espanha, mas do qual não chegou até nós qualquer exemplar. Na origem do jornal parece ter estado Pires Jorge e Francisco Henrique de Carvalho e Castro⁴. No entanto, o governo espanhol, atento à actividade dos comunistas portugueses, proíbe *O Bolchevique*, e apreende numa tipografia de Madrid toda a tiragem do n.º 3⁵, pondo termo à publicação.

As características específicas da imprensa exilada, nomeadamente a curta duração das publicações, as tiragens reduzidas, a circulação clandestina em Portugal, apontam para as dificuldades de concretização da missão subjacente aos jornais de exílio, a de serem “armas de

4 Tipógrafo, militante do PCP. Organiza uma célula comunista em Agualva (Cacém). Participa no 18 de Janeiro, fazendo parte de um grupo que tinha por missão o descarrilamento de um comboio entre Sabugo e Cacém. Refugia-se em Madrid, onde colabora com as organizações comunistas espanholas, passa pouco depois por França, contactando com o PCF e o SVI, regressando depois a Portugal. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 503.

5 *O Avante*, II série, n.º 11, Setembro de 1935.

papel” de republicanos e anarquistas. O seu estudo insere-se assim na história das oposições, sendo através desta que ganha sentido a análise de uma imprensa efémera e de circulação restrita. Os jornais do exílio distinguem-se da demais imprensa publicada em português, no estrangeiro, para as comunidades emigradas, pelos objectivos. Contrariamente a outros jornais publicados em França em língua estrangeira, nomeadamente em italiano ou espanhol, não se trata no caso português de uma imprensa destinada à comunidade lusa, que se constituiu no âmbito da I Guerra, a partir de 1916 e da assinatura do acordo de mão-de obra com a França, e que desenvolve no pós-guerra, composta por operários e jornaleros, pouco letrada, com a qual aliás os refugiados políticos mantêm poucos contactos. Trata-se antes de mais de uma imprensa impressa no estrangeiro para circular no interior de Portugal, onde é introduzida e distribuída clandestinamente, com os objectivos de reanimar os ideais republicanos e reconduzir à República os desiludidos da ditadura.

1. A imprensa republicana (1927-1934)

Na Primavera de 1927, Paris é o centro do exílio republicano, acolhendo um leque de antigos ministros da República (Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos), um elevado número de oficiais das forças armadas, quadros da administração local e central, intelectuais da *Seara Nova* (Jaime Cortesão, António Sérgio, Raul Proença, Aquilino Ribeiro) e um rol de implicados na revolta de Fevereiro de 1927 de responsabilidade política diminuta, cujo número global atingiria em Maio de 1927 as duas centenas⁶. Em Paris, onde já antes da queda de República residia Afonso Costa, exilado durante a ditadura sidonista e que não tinha ainda regressado a Portugal após a queda desta, vão estar representadas as várias correntes da esquerda republicana, com especial destaque para a *Acção Republicana* e os apoiantes de Afonso Costa. Este, preparava-se nas vésperas do 28 de Maio para voltar a desempenhar um papel activo na política nacional. Ao grupo de exilados em França juntar-se-ão posteriormente os deportados evadidos das colónias, entre os quais se contam elementos do movimento operário que actuarão nos anos seguintes em estreita colaboração com a oposição republicana.

O primeiro jornal a ser publicado no exílio é *A Revolta*, que pretende ser o “órgão de todos aqueles que estão expiando no estrangeiro o crime de serem republicanos portugueses”⁷. Após

6 O número de exilados diminui significativamente nos meses seguintes, encontrado-se reduzido a cerca de 3 dezenas em Março de 1928, o que se explica pela sua importante mobilidade, em particular dos militares, e pelo facto da oposição do interior reclamar, a partir de Novembro de 1927, o regresso dos oficiais para tomarem parte no movimento em preparação. Ministère des Affaires Étrangères (MAE), série Europa 1918-1929, sub série Portugal, vol. 59. Relatório do ministro do Interior para o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a actividade da Liga, de 9 de Março de 1928.

7 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/75, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 30 de Abril de 1927.

Figura 1
A Revolta. Nº 6, Agosto de 1927.
 Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.



a edição de dois números em Portugal, em Novembro de 1926, com o subtítulo “folha clandestina contra a ditadura militar”, o jornal passa a ser editado no estrangeiro com a revolta de Fevereiro de 1927 e a saída para o exílio dos cabecilhas republicanos. A II série de *A Revolta*, impressa em Paris e lançada por Álvaro de Castro e Américo Buísel, comporta 8 números⁸ e um novo subtítulo: “pela reorganização da República, pela legalidade contra a tirania”. O jornal cessa a sua publicação após o número 7/8 de 5 de Outubro de 1927, devido a dificuldades surgidas com a sua introdução clandestina em Portugal⁹. *A Revolta* é vendida ao preço de 1 escudo o número simples e de 2 escudos o duplo, no entanto a maioria dos exemplares são distribuídos gratuitamente. A sustentabilidade do jornal é assegurada pela família republicana que compra exemplares para distribuição gratuita em Portugal, através de uma rede de distribuição de influência maçónica, e pelos subsídios de correligionários, nomeadamente de Bernardino Machado. Sobressai o papel de Álvaro de Castro e dos *alvaristas* na manutenção do jornal¹⁰, cujas contas,

8 O n.º 1/2 data de 23/30 de Abril de 1927, o n.º 3 de 21 de Maio, o n.º 4 de 11 de Junho, o n.º 5 de 26 de Julho, o n.º 6 de Agosto, e finalmente o n.º 7/8 de 5 de Outubro.

9 Ministère des Affaires Étrangères (MAE), série Europa, sub série Portugal, vol. 59. Relatório do Ministério do Interior para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 9 de Março de 1928.

10 Álvaro de Castro compra 700 exemplares do jornal através do fundo de propaganda da Liga, e escreve no mesmo sentido aos seus amigos políticos. Segundo Américo Buísel, os correligionários de Álvaro de Castro compram « aos

segundo Américo Buísel, nunca foram deficitárias. A tiragem do nº 1/2 teria sido de 25 mil exemplares¹¹, certamente inflacionada para fins de propaganda, tanto mais que o jornal apela à reprodução de artigos e à circulação de cópias para aumentar a sua circulação em Portugal.

Os exilados republicanos tiram partido da legislação francesa referente à imprensa em língua estrangeira para publicarem, em português, órgãos de propaganda republicana. No entanto, quer por desconhecimento quer por tentativa de contorno da lei, não respeitam todas as suas determinações, nomeadamente referentes à gerência, cujo cargo deve ser exercido por um francês e o seu nome mencionado no jornal. *A Revolta* omite o nome do gerente nos cinco primeiros números e, quando passa a mencioná-lo, não respeita a lei dado ser um português: António de Carvalho para o n.º 6 e Pires de Carvalho para o n.º 7/8! A razão prende-se com a necessidade de dar uma imagem unitária da oposição republicana e esconder a origem estrangeira da propaganda, essencial para um jornal que se destina a circular em Portugal e que não quer ser identificado com o exílio, tanto mais que pretende ser o porta-voz dos descontentes do 28 de Maio e um aglutinador das correntes republicanas. Américo Buísel dirige a publicação até à partida para Portugal, em Junho de 1927, em missão da Liga de Defesa da República como agente de ligação com os revolucionários do interior. Regressa à capital francesa no mês de Setembro, mas a evolução da situação em Paris e no interior da Liga impendem-no de retomar a direcção do jornal¹².

A Revolta solicita a colaboração dos leitores e indica uma morada em Paris para recepção dos artigos. Apesar de assinalar que a colaboração é oriunda de Portugal e das colónias, são sobretudo os exilados que alimentam o jornal, ainda que muitos artigos não estejam assinados ou o sejam apenas por pseudónimos ou iniciais. Dos núcleos de deportados, a que a revolta de Fevereiro de 1927 deu origem, chega a colaboração de Sebastião da Costa (S. Tomé) e Agatão Lança (Angola). Se todas as correntes republicanas presentes no exílio parisiense colaboram no jornal, é flagrante a reduzida participação dos *democráticos*, prenuncio do desacordo que o grupo mantém com a Liga de Defesa da República, vulgo Liga de Paris, e que chegará ao ponto de ruptura com a publicação do manifesto-programa, no Verão de 1927. Na prática, *A Revolta* é o órgão da Liga, como o mostra a lista de colaboradores do primeiro círculo: António Sérgio, Afonso Costa, Raul Proença, elementos fulcrais da transformação da organização suprapartidária constituída pelos exilados militares na Galiza, a 18 de Fevereiro de 1927, na organização frentista destinada a exercer um papel político, à qual a memória da oposição imprimirá a aura emblemática de grande organização do exílio do final dos anos 20;

100, 200 exemplares » e os exilados tomam à sua conta centenas de assinaturas. Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/094, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 10 de Fevereiro de 1930.

11 *A Revolta*, n.º 3, p. 7. Segundo o jornal, uma primeira tiragem de 15 mil exemplares ter-se-ia esgotado em poucos dias, levando a uma segunda impressão de 10 mil exemplares.

12 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/090, carta de Buísel para Bernardino Machado de 18 de Janeiro de 1930.

os *alvaristas* Álvaro de Castro et Jaime de Morais, os *esquerdistas* José Domingues dos Santos, Pina de Morais, Pires de Carvalho, Adalberto Chaves e José Vahia; os *democráticos* Lopes Martins, o médico Gumercindo Soares; ou ainda Bernardino Machado, Jaime Cortesão, e o próprio Américo Buísel.

A primeira característica desta imprensa é o seu carácter efémero: a série francesa de *A Revolta* publicará apenas oito números (dois dos quais duplos) e tudo indica que *A Liberdade* não terá ido além dos dois. A publicação é irregular por dificuldades crescentes na sua introdução e distribuição em Portugal. No entanto, as dissensões entre correntes exiladas, secundadas por incompatibilidades pessoais, geram um clima de mal-estar e de instabilidade no exílio, que muito pesam na existência e duração desta imprensa. Para controlar o envio do jornal para Portugal e evitar que caía nas mãos da polícia, a Liga concebe um complicado sistema de controlo inspirado nas práticas clandestinas da Maçonaria, à qual pertencem numerosos exilados. Todos os exemplares têm, na quarta página, um número de código (à excepção dos distribuídos gratuitamente) que corresponde a um nome numa lista de envios em posse da Liga de Paris. Segundo uma explicação dada pelo próprio jornal, este sistema permitiria aos leitores que não se quisessem identificar perante a direcção de *A Revolta* receber o jornal em Portugal. Para receber o jornal por esta via bastaria ao leitor indicar o número de código, sendo depois a publicação entregue em mão própria pelo indivíduo correspondente ao a esse número (Marques, 1990, pp. 9-10). Este sistema pretendia criar uma rede de distribuição através de contactos de “confiança” e tinha por objectivo tornar mais seguro o envio de *A Revolta*, de modo a evitar a sua apreensão pela polícia.

O conteúdo de *A Revolta* articula-se à volta de dois grandes temas: a crítica da política governamental e a promoção da Liga de Paris. Relativamente ao primeiro, o jornal denuncia as políticas económica e externa seguidas pelo governo da ditadura através da publicação de artigos da imprensa estrangeira desfavoráveis ao novo regime, principalmente da francesa: *Études Financières*¹³, *Quotidien*¹⁴, *Europe Nouvelle*¹⁵, ou ainda do jornal económico *L’Information*¹⁶, que são traduzidos e comentados pelos colaboradores de *A Revolta*. O jornal denuncia os “crimes da ditadura” e assenta particularmente a sua crítica na política económica do novo regime (aumento da despesa pública, utilização de dinheiros públicos na concessão de créditos extraordinários, aumento do deficit orçamental, lapidação da reserva de 3 milhões

13 *Études Financières*, 30 de Abril de 1927, publicado em *A Revolta* n.º 3, sobre o sistema de exploração do Tabaco.

14 *Quotidien*, 29 de Julho de 1927, publicado em *A Revolta*, n.º 6. Artigos de Maximilien Brésol, sobre o acordo luso-espanhol de 1927. No Outono de 1927, este jornalista desloca-se a Portugal a convite da Liga para uma série de reportagens, que são publicadas sob o título *Portugal. Le pays d’où partirent les caravelles*, Paris, Tuchy-Leroy, 1928, 93 p.

15 *Europe Nouvelle*, 6 de Agosto de 1927, publicado em *A Revolta*, n.º 6, sobre a ameaça ibérica.

16 *L’Information*, 30 de Setembro de 1927, publicado em *A Revolta*, n.º 7/8. Artigos de Albert Despaux (1874-1962) sobre a política financeira portuguesa. Jornalista, especialista em questões económicas e financeiras, foi redactor do semanário financeiro *Le Pour et le Contre* e do quotidiano *L’Information*. Tinha publicado alguns anos antes *L’inflation dans l’histoire*, Paris, Imp. Spécial de l’Information, 1922, 512 p.

de libras esterlinas que o governo da República tinha depositada no banco Baring Brothers em Londres, taxa de concessão de empréstimos a bancos privados mais baixa que o rendimento dos títulos do tesouro, aumento da dívida flutuante, aumento dos salários dos oficiais das Forças Armadas e das forças policiais, entrega do monopólio do Tabaco à antiga companhia gestora, a privatização dos caminhos-de-ferro...). Em matéria de política externa, o jornal condena a aproximação à Espanha, feita em “detrimento dos interesses nacionais”¹⁷ e o modo como tinham sido conduzidas as negociações com a Inglaterra relativamente à liquidação das dívidas de guerra, cujo acordo final era desfavorável para Portugal. Em matéria colonial merece particular desaprovação a concessão à Bélgica de uma faixa de território em Angola¹⁸. *A Revolta* chama ainda a atenção para o perigo da restauração da monarquia e pronuncia-se contra os avanços de aproximação lançados pela facção republicano-conservadora do governo, que dá aso a uma vigorosa campanha contra o pacto político procurado por este sector com o Partido Democrático. Compreende-se assim que as figuras mais visadas por *A Revolta* pertençam ao sector republicano-conservador: Passos e Sousa, ministro da Guerra, responsável pela repressão da revolta de Fevereiro e pelo bombardeamento do Porto, e o Presidente da República, o general Carmona. São os republicano-conservadores, enquanto adversários mais directos, percebidos como continuadores da política da República Nova e na linha mais direitista do Partido Democrático, os principais alvos da crítica do jornal, o que de certo modo preserva Sinel de Cordes e Raul Esteves, figuras da direita anti-republicana, que controlavam já o regime.

Jornal doutrinário e de propaganda, *A Revolta* faz a apologia da Liga de Paris, explicando as razões da sua fundação, apresentando o programa político e justificando as escolhas da organização exilada no Verão de 1927. Os republicanos da Liga perfilam-se como os herdeiros espirituais do republicanismo de 1891 e os continuadores dos homens de 1910, defendendo a obra levada a cabo pela República nos seus princípios democráticos e no respeito das liberdades. O jornal apresenta como pauta de acção futura, uma vez a República restaurada, o aperfeiçoamento da democracia, que se fará pela regeneração do sistema republicano e pela melhoria do nível material e moral do país:

A Revolta, e por seu intermédio a Liga de Paris, reivindica o movimento do 28 de Maio iniciado em Braga por elementos republicanos e tornado possível pelo descontentamento que então lavrava no Exército e no Paiz, por alguns erros e abusos cometidos por maus republicanos e pela forma como decorriam as últimas sessões parlamentares, mas desviado dos seus objectivos pela infiltração de

17 Trata-se da exploração das quedas do Douro, concedida à Espanha.

18 Pela convenção luso-belga de 1927, Portugal cede à Bélgica uma faixa de território, perto do porto de Matadi, no rio Zaire, de modo a permitir o avanço para o interior do caminho-de-ferro do Catanga, contra terras no leste do Congo, na região do Cassai.

elementos anti-republicanos: foi empalmado, ao aproximar-se de Lisboa, e foi convertido subrepticiamente num movimento monárquico integralista, que já vinha planeado de há muito¹⁹.

É ainda no decorrer do 28 de Maio, quando os republicanos se apercebem que o movimento fomentado para regenerar a República é empalmado pelos monárquicos, que surge o projecto de um contra-movimento republicano, concretizado na revolta de 1927, e cujas origens são relatadas por Jaime de Morais:

Chegados, de regresso, a Lisboa [deslocara-se a Coimbra, conjuntamente com César de Almeida, para obter de Gomes da Costa a libertação de Álvaro de Castro], encontrámos logo Jaime Cortesão. E estes três pacatos cidadãos, nenhum deles embrenhado seriamente na política militante do país, resolvemos, em minutos, que era indispensável lavar a vergonha a que assistia a Nação inteira. Foi assim que três quase desconhecidos entre si da véspera, se reuniram para começar o Calvário que já dura há 23 anos. Nem se tratava de ideologia, na realidade o motor fundamental do nosso pensamento era a profunda vergonha que sentíamos e que nos fazia corar (Morais, 2000, p. 140).

No manifesto «Ao Povo Português», distribuído durante a revolta de Fevereiro, os conjurados explicam a natureza do movimento, reclamando o papel salvífico que o exército assumira desde a Grande Guerra, vendo-se e sendo visto como o garante da Nação e da continuidade do projecto nacional²⁰. Papel desvirtuado pelo caminho enveredado pelo regime saído do 28 de Maio. A revolta de Fevereiro, preparada e organizada “pelas guarnições militares”, por “não quererem continuar a cobrir [...] um régimen que está desprestigiando e desonrando o Exército, e fazendo, em seu nome, a ruína da Pátria». No entanto, os insurrectos de Fevereiro longe de reivindicarem um papel político na gestão da Nação, defendem a não intervenção da força armada na política activa, reservando-lhe a função de guardiã da Nação, que só poderá exercer de pleno direito se se colocar acima da *polis*: «Combatendo pela República, pela Liberdade, pelo civilismo, pelo Espírito do Exército». Princípio que, se partilhado pelo conjunto dos oficiais da oposição republicana, abre brechas na unidade relativamente ao momento da entrega do poder aos civis nos anos seguintes, perfilando-se uma linha “ordeira» que defende a precedente «arrumação da casa” e que coloca, por conseguinte, a questão da ditadura militar (Clímaco, 2017). Papel interventor que a força armada guardará finalmente até 1974-1975.

19 *A Revolta*, n.º 1-2, 23-30 de Abril de 1927, p. 8.

20 Sobre a intervenção dos militares na política activa, ver, entre outros, Carrilho, M. (1985). *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. INCM, 1985; Ferreira, M. (1992). *O comportamento político dos militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no Século XX*. Editorial Estampa; Sardica, J. M. (2001). “Os Militares e a Política entre o Ultimato e a República”. In *Diplomacia e Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*. Publicações do Cidehus.

Em Fevereiro de 1927, defende-se a *ideia* de República, de regime republicano, e acima de tudo, a ruptura com o passado, ou seja o fim do monopólio do poder exercício pelo Partido Democrático na República Nova, e em favor de um projecto novo: “Não combatemos, todavia, pelo regresso ao *statu quo*. O Passado, depois de já tantas dolorosas experiências, julgámo-lo morto. Não o queremos fazer ressurgir. Juramos que queremos tornar a Republica digna e pura!”. A revolta de Fevereiro tem subjacente uma vontade de novo projecto político, ainda abstrato e pouco consciente, mas que intelectuais como António Sérgio ou Raul Proença, e políticos da tempera de Afonso Costa imediatamente identificam na Liga de Defesa da República, constituída na Galiza pelos oficiais insurrectos. A Revolução — termo que nos anos seguintes fará binómio com o de oposição republicana — é definida por António Sérgio logo no primeiro número da série francesa de *A Revolta*:

Revolução construtiva: a transformação (...) da estrutura parasitária da sociedade portuguesa, numa organização humana, justiceira, progressiva, do ser social. Revolução é acabar com a arraigada ignorância, infundindo cultura à nossa grei; é abrir brecha profunda no sistema das oligarquias, realizando a democratização do nosso crédito, promovendo no povo a instrução técnica e o acesso do pobre à propriedade; é dar combate à miséria publica, fomentando o progresso da agricultura, e aproveitando a água dos nossos rios para regar terras que nos dêem pão, para fornecer à industria energia eléctrica; é salvar a raça que vai morrendo, e que chegou a extremos inconcebíveis de miséria e de abjecção; enfim, é educar o povo na autonomia e no domínio de si mesmo, criando no país as condições de uma civilização espiritual. É a revolução da inteligência: a dos abnegados; a dos sinceros; a da bondade; a da sensatez. Tudo em Portugal está velho e podre; tudo atrasado, mesquinho e débil; em tudo nos governa gente dura, sem generosidade de sentimento e sem largueza intelectual; em tudo, enfim, se necessita da Revolução.

Projecto de transformação — de Revolução — de que a Liga de Paris se apropria e transforma em motor de acção. Recusando o regresso ao *statu quo* anterior e apostando num novo projecto político, a Liga entra pela força das circunstâncias em rota de colisão com o Partido Democrático, e com os seus exilados que em Paris representam a direcção do partido. Para isso é necessário abrir uma ruptura com o passado e construir uma cronologia oposicionista, na qual a revolta de Fevereiro figura como momento fundador da oposição à ditadura é identificada como a reacção da parte sã do país. Nestas condições, a participação dos *democráticos* no movimento será silenciada por *A Revolta* que, em contrapartida, salienta a dos militares ligados à Liga. Paralelamente, os conflitos que se tinham feito sentir no seio dos conspiradores de Fevereiro são minimizados de modo a reflectir uma imagem de coesão da oposição e a transformar a revolta numa data emblemática. A propaganda da Liga em *A Revolta* é assim dirigida contra o Partido Democrático, acusado de ter tido conhecimento da preparação do 28 de Maio e de nada ter feito para se opor à sua saída, com o intuito de o explorar

posteriormente em seu favor, para além de o desembaraçar de uma oposição incómoda.

Decidida a pesar na cena política, a Liga elabora um programa de reformas a pôr em prática depois do regresso à República, profundamente influenciado por António Sérgio. Colocando-se fora da esfera partidária, e acima dos partidos, com os quais evita estrategicamente rivalizar, o seu peso político viria da capacidade a integrar no seu seio as diversas forças políticas e a apresenta-se como plataforma unitária apartidária. O Partido Democrático, única força política com capacidade para resistir à força centrífuga da Liga, procura por seu lado impor-se no xadrez da oposição como único interlocutor com o regime, e diga-se de passagem, é assim que é visto pelo bloco republicano-conservador no poder na sua procura de diálogo e de negociação. Ponto forte da rivalidade entre a Liga e o Partido Democrático (este representado pelos exilados *democráticos*) é a elaboração do programa-manifesto em que divergem relativamente ao carácter e às medidas a adoptar: função do Parlamento, composição do governo, programa de reformas, direcção militar das intencionalidades... A ruptura definitiva dá-se no Verão de 1927, quando António Maria da Silva passa, em nome do Partido Democrático, um acordo com o Ministro da Guerra, levando a que a Liga avance na difusão pública do manifesto-programa, numa altura em que este se encontrava ainda em fase de negociação com os exilados *democráticos*. Com uma base de apoio restrita no interior e incapaz de integrar o Partido Democrático no seu seio, a capacidade de acção da Liga reduz-se rapidamente e *A Revolta* é atravessada por forças centrífugas. O jornal, no seu último número, comemora ainda o 5 de Outubro, mas não sobrevive ao aprofundar das divergências no interior da oposição republicana, tanto mais que o chefe militar do movimento em preparação, o general Norton de Matos, afasta-se dos conspiradores sendo pouco depois deportado pelo Governo para os Açores. Nos anos seguintes, a oposição no exílio deixa de ter um órgão de expressão e de propaganda. Por sua vez, o aprofundar das dissensões e clivagens entre os exilados tornam-se perceptíveis em Portugal e *A Revolta*, enquanto órgão da Liga de Paris, sofre a hostilidade crescente de que a organização é alvo no interior, deixando de contar com os apoios de quem a via como um órgão unitário do exílio²¹.

É necessário esperar por Fevereiro de 1930 para que volte a ser publicado no exílio europeu um novo periódico: *A Liberdade*, “órgão independente de educação cívica e de acção republicana”, cujo editor, proprietário e director é Américo Buísel. O contexto no qual é fundada *A Liberdade* e a linha de estratégia adoptada não auguram longa vida a uma publicação que procura ser uma tribuna aberta às várias sensibilidades republicanas e imune às influências partidárias, num quadro de crescente divergência de estratégia para o regresso à República parlamentar e democrática. A evasão de S. Tomé, e o conseqüente refúgio em França, de

21 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/090, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 18 de Janeiro de 1930.

Jaime de Morais e dos membros do comité revolucionário, presos a 1 de Maio de 1928 e deportados para as colónias, altera a relação de forças no exílio. A combatividade de Jaime de Morais e o seu dinamismo na continuidade da acção directa, levam ao surgimento de uma terceira força — o grupo dos Independentes (que irá desembocar nos Budas) — paralelo à Liga e aos exilados do PRP. Em 1929-1930, para congregar estas correntes e negociar a constituição de uma frente única de acção são promovidas novas negociações²² das quais resulta a Comissão de Estudos e de Diplomacia e a adopção de um programa de governo (Marques, 1973, pp. 89-101)²³. O passo seguinte é a unidade com a oposição em Portugal, numa altura em que esta mostra preferência pela «transição pacífica» e pela evolução do regime pelo interior. Nos meios oposicionistas do interior, exílio é então conotado com a acção revolucionária. É neste contexto de divergências de estratégia para a queda da ditadura, entre a oposição do interior e o exílio, que surge, no início do Outubro de 1929, pela mão de António Sérgio ou de Américo Buísel²⁴, o projecto de publicação de um novo periódico. *A Liberdade* resulta certamente da convergência entre os políticos aglutinados na Comissão de Estudos e de Diplomacia, em aceleração revolucionária, e que acolhem favoravelmente um novo órgão de propaganda como modo de coadjuvar a revolução e reavivar a ideia republicana nos correligionários desfalecidos, e o projecto de Américo Buísel, voluntarista e um tanto ingénuo. Buísel é um jovem tenente, sem filiação partidária mas ardentemente republicano, que aproveita o tempo do exílio para se formar na Sorbonne em Direito e Ciências Políticas, e que aspira a editar um órgão doutrinário de formação das massas ao ideário republicano²⁵. Por seu turno, António Sérgio está nesta data extremamente activo nos meios do catolicismo liberal (Rivas, 1984: pp. 71-72)²⁶ ligados a Marc Sangnier, colabora nos jornais *Jeune République*, *Le Volontaire*, *Démocratie*, é indicado pelo *L'Éveil des Peuples* como um dos seus articulistas (embora não chegue

22 A comissão de negociação é composta por um delegado de cada grupo: Afonso Costa (Liga), Lago Cerqueira (Partido Democrático) e Jaime de Morais (Independentes), e colocada sob a égide de Bernardino Machado.

23 Os princípios adoptados em Maio de 1929 têm por base o programa elaborado aquando da anterior tentativa de unidade, em Maio de 1928, e que a revolta do Castelo viria destroçar. O programa tinha por linhas principais o restabelecimento da normalidade constitucional, a convocação do Congresso que elegeria o Presidente da República, a realização de eleições, a revogação da obra da ditadura, o julgamento dos ditadores, a depuração do aparelho de Estado, e o estabelecimento de uma vigorosa imprensa republicana.

24 António Sérgio responsabiliza Buísel pela ideia de publicação de um novo periódico, este por sua vez atribui a Sérgio o projecto e o convite para seu director. Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/090, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 22 de Novembro de 1929.

25 Lagoa (1898-Estoril 1943). É filho do oposicionista José Negrão Buísel, professor e pedagogo, seguidor da escola moderna de Francisco Ferrer, método que adoptou no colégio que fundou, em 1905, em Portimão. José Negrão Buísel colaborou em vários jornais, nomeadamente em *A Batalha*, tendo fundado em 1902, o efémero semanário *A Verdade*; ligado ao anarquismo, fundou em Portimão o grupo “A Verdade”, que aderiu à Federação Anarquista do Sul e sofreu várias prisões, nomeadamente em 1934 por estar envolvido na greve geral do 18 de Janeiro no Algarve. Américo Buísel, após o regresso a Portugal no âmbito da amnistia de Dezembro de 1932, adquire a cota de João Soares no colégio Bairro Escolar do Estoril, e de que também era proprietário o pedagogo João de Deus Ramos, tornado-se seu director em 1935.

26 Para os católicos liberais, António Sérgio é a alternativa à oposição de esquerda e a garantia de que a restauração da democracia é possível em Portugal.

a publicar neste jornal), e é o representante português na Acção Internacional Democrática para a Paz²⁷ (AIDP). No Verão de 1929 toma parte na Cruzada da Juventude para a Paz, conduzindo até Paris a coluna do Sudoeste, participando pouco depois no 9º Congresso da AIDP, que se reúne na Bélgica de 1 a 5 de Setembro e, a partir de 22 do mesmo mês, em Bierville (Guérrier, 1979, p. 472)²⁸.

O projecto de um novo órgão a publicar no exílio tem assim cabimento no contexto descrito de constituição da Comissão de Estudos e Diplomacia, de aceleração revolucionária do grupo de militares ligados a Jaime de Morais (conhecido sob a designação de organização militar do Norte e que abarca jovens oficiais que gravitam à volta da *Seara Nova*) e das actividades de António Sérgio, viradas estas para os meios estrangeiros de acolhimento e solidariedade²⁹. Este novo órgão seria, como António Sérgio o descreve a Bernardino Machado, o porta-voz dos exilados dado que: “um jornal ido de Paris seria tomado no País, se fora colaborado por nós, como expressão do pensamento comum”³⁰. O projecto de António Sérgio recebe o aval de Afonso Costa, desde que aquele “acompanhasse a feitura do periódico para não haver qualquer deslizamento [entenda-se relativamente à linha política da Comissão de Estudos e Diplomacia] e servir de ligação entre o Comité e o Buizel”³¹. Posição contrária é a de Américo Buísel, para quem um jornal editado nos termos propostos por Sérgio seria a repetição dos erros cometidos com *A Revolta* e não alcançaria os objectivos pretendidos. Para Buísel, o jornal não devia representar “a opinião de Paris, embora publique a opinião de alguns dos seus elementos” nem estar “enfeudado a partido algum nem fará a política de qualquer dos grupos representados na emigração”³², vendo no controlo da linha editorial do jornal por parte dos exilados um travão ao objectivo primeiro de um órgão doutrinário independente, dedicado à “educação cívica do povo e de acção republicana”.

27 A AIDP foi fundada em 1921 com o objectivo de preparar a aproximação internacional numa perspectiva pacifista. Conta, em 1928, 164 membros em representação de 25 países.

28 A remodelação que ocorre no secretariado da AIDP em 1929 leva António Sérgio à vice-presidência, conjuntamente com um painel internacional composto pelos alemães Joseph Quidde e Nilolaüs Ehlen, os belgas La Fontaine, Hubaux e Albert Carnoy, e Ruth Fry, o espanhol Aguilar Jimenez e o francês Maurice Lacroix, e tendo por secretário-geral o francês Georges Hoog, director de redacção do *Jeune République*. Sérgio preside à primeira sessão de trabalhos do 9º congresso da AIDP, colabora na redacção da carta da AIDP e dirige ainda a comissão do Ensino, que adopta moções no sentido de dispensar uma educação antimilitarista às crianças, responsabilização dos chefes de família, reforma dos manuais escolares depurando-os das marcas de chauvinismo e militarismo, criação de uma iconografia pacifista visando dar aos monumentos um aspecto positivo e não inspirado na guerra.

29 É igualmente de destacar, neste mesmo período, a actividade de Jaime Cortesão junto da Liga Francesa dos Direitos do Homem e da Federação Internacional das Ligas dos Direitos do Homem, que leva à constituição de uma nova Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, em Paris, e à evicção da Liga existente em Portugal, que deixa de ser reconhecida pelo secretariado da Liga Internacional dos Direitos do Homem.

30 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07020/085, carta de António Sérgio para Bernardino Machado, [finais de Outubro de] 1929.

31 Casa Comum, pasta 07020/082, carta de António Sérgio para Bernardino Machado, [17 de Outubro de] 1929.

32 Casa Comum, pasta 07038/090, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 18 de Janeiro de 1930.

O embate entre António Sérgio e Américo Buísel será violento e determinará o futuro de *A Liberdade*. A cena é relatada por António Sérgio a Bernardino Machado:

Creio que não temos nada feito com o Buízel. Apareceu-me aqui em casa a dizer que não queira sujeitar-se a ouvir o comité ou quem quer que fosse. Respondi-lhe com fúria, energia e indignação que era de uma infinita e inadmissível vaidade o pretender que nós escrevêssemos para um jornal sob a direcção dele sem saber o que é que a sua pena iria enquadrar a nossa prosa. [...] Vi-me obrigado a falar-lhe duramente, e rugi como uma fera, gesticulando como um possesso. Lá foi esmagado e atordado com a minha indignação figueteante, e não sei se pensará mais em periódicos e em ser o Rochefort português.

E termina a carta com uma apreciação pouco prestigiante para com alguém a quem, pouco antes, pretendia entregar a direcção do jornal: «A verdade é que Buízel não tem nenhum dote de jornalista ou escritor, e que está ainda verdíssimo, tanto na teoria como na prática política», rematando com a expressão popular “ainda a boca lhe cheira a leite”, reveladora da dimensão do incómodo provocado pela audácia de uma nova geração de republicanos que propõe organizar a luta política sob novos moldes. Para Sérgio, a oposição ao regime de ditadura é da competência da «geração madura», formada nos postos ministeriais e outros cargos políticos da I República, enquadrada pelos intelectuais numa revisitação do



Figura 2
A Liberdade. Nº 1, 3 de Fevereiro de 1930.
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

iluminismo esclarecido, deixando pouco espaço para quem encara *autrement* a luta contra a ditadura e para uma nova geração. Reside talvez nesta postura, que não se limita a Sérgio, a razão da « desmemória » em que cairá posteriormente a luta republicana contra o regime, que não prepara a nova geração para assumir a *relève* política, associando insuficientemente os jovens, e em particular os jovens intelectuais, à direcção da oposição. Sintomático desta falha de “passagem do testemunho” político, é o facto da memória da oposição estar predominantemente ligada à resistência militar e às revoltas e tentativas de revolta de final dos anos 20 e 30, nas quais o grupo ligado a Jaime de Morais tem particular visibilidade, talvez porque este teve o cuidado (ou a necessidade) de associar ao “núcleo duro” político “a mocidade”, ou seja jovens oficiais e civis.

Apesar da oposição e da expectativa de António Sérgio, Américo Buisel prossegue com o projecto de publicação de *A Liberdade*, mantendo-o secreto dos demais exilados, dando apenas conhecimento a Santiago Prezado e a Bernardino Machado. O n.º 1 data de 3 de Fevereiro de 1930 e assinala o aniversário da revolta; o n.º 2 tem data de 28 do mesmo mês, mas a publicação sai com bastante atraso relativamente à data do cabeçalho, por complicações de vária ordem. Um terceiro número encontra-se pronto a seguir para a tipografia em finais de Março, mas não será editado³³. *A Liberdade* é publicada em formato *grande folio*, com quatro páginas a quatro colunas por página. O aspecto gráfico é cuidado, revelando a vontade de se tornar num verdadeiro órgão de imprensa e mostrando uma qualidade técnica superior à de *A Revolta*. Os artigos são organizados por rubricas: situação política portuguesa, propaganda republicana, questões políticas e sociais (esta a cargo dos colaboradores estrangeiros), e ilustrados com fotografias e caricaturas.

A Liberdade tem uma tiragem de 5 mil exemplares³⁴, metade da qual é distribuída gratuitamente em Portugal, a título de propaganda, e a restante vendida para cobrir as despesas de impressão, embalagem e transporte. O preço unitário é de 1 escudo ou 1.25 francos, em função do país de venda. Confiante no sucesso de *A Liberdade*, Buisel propõe um sistema compensatório de compra de exemplares por parte dos eventuais mecenas que tomarão a seu cargo a distribuição em Portugal do número de exemplares comprados. Com um custo por número estimado entre 3.500 a 3.800 francos, é necessária a venda de pelo menos 3.500 exemplares para assegurar a sobrevivência da publicação. As ilusões do editor depressa se desvanecem. O primeiro número de *A Liberdade* teve um custo de 3.627,17 francos, dos quais 1.195 foram cobertos por fundos recebidos de Portugal e 960 de França, ascendendo o prejuízo a 1472,49 francos³⁵. As despesas com o segundo número foram inteiramente suportadas

33 Casa Comum, pasta 07038/099, carta de Américo Buisel para Bernardino Machado, de 31 de Março de 1930.

34 *A Liberdade*, n.º 2, de 28 de Fevereiro de 1930.

35 *A Liberdade*, n.º 2, de 28 de Fevereiro de 1930.



Figura 3

Grupo de deportados da revolta de Fevereiro de 1927 em Angra do Heroísmo. *A Liberdade*. N.º 1, 3 de Fevereiro de 1930. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

por Buísel, pelo que a publicação não tem condições para continuar³⁶. *A Liberdade* está assim condenada a desaparecer, tanto mais que os chefes políticos do exílio lhe são hostis. Buísel contava com o apoio financeiro de Afonso Costa e de Lago Cerqueira para a alimentar o fundo de rolamento do jornal, mas apenas Santiago Prezado e Bernardino Machado contribuem financeiramente para a publicação, o que é insuficiente para a manter.

A Liberdade, introduzida clandestinamente em Portugal, é distribuída através de uma rede da qual se desconhece o funcionamento mas que parece ser eficaz. Receando o acolhimento desfavorável dos exilados ao novo jornal, Buísel teve o cuidado de preparar o seu envio para Portugal e a distribuição no interior antes de o divulgar junto dos exilados, evitando assim que a opinião dos exilados condicionasse negativamente a recepção do jornal no interior. Em Portugal, o jornal teria sido acolhido com entusiasmo, recebendo Buísel numerosas cartas de apoio. Para alargar a difusão do jornal, Buísel apela à imaginação dos leitores: deixá-lo em cima da mesa de um café, no alfaiate, em cima da bancada do sapateiro, enviá-lo pelo correio a outros republicanos, ou mesmo afixá-lo em lugares públicos...

36 *A Liberdade*, n.º 2, de 28 de Fevereiro de 1930, p. 4.

O jornal apresenta-se como independente dos grupos políticos, com a preocupação primeira de reunir à sua volta a oposição republicana e consolidar o que Buísel apresenta como os fundamentos da democracia: o direito à diferença e à pluralidade partidária. A formação de Buísel em ciências políticas imprime ao jornal uma dimensão teórica que transvasa o âmbito nacional, colocando o caso português no quadro mais vasto das ditaduras e dos regimes não democráticos, dando origem à primeira reflexão sobre a natureza do regime que ultrapassa a estrita luta política e em sintonia com a moldura conceptual do meio académico que frequenta. O jornal procura levar a cabo a educação cívica dos leitores, de modo a criar condições para a obra de *republicanização* do Estado, e contribuir para uma maior consciencialização política dos cidadãos. Para isso, *A Liberdade* pretende discutir as diferentes doutrinas políticas e os seus princípios. A dimensão internacional que Buísel procura imprimir ao jornal, e através dela a integração de Portugal nas preocupações políticas comuns à Europa de inícios dos anos 30, é perceptível através da lista dos futuros colaboradores: Joseph Barthélemy³⁷, Albert Milhaud³⁸, Guy-Gand, Georges Potut³⁹ e Francis Delaisi⁴⁰, dos quais apenas o primeiro publicará efectivamente no jornal⁴¹. Os problemas da actualidade internacional são igualmente tratados no jornal, dando-se importante destaque à crise política em Espanha, analisada nos dois números (no n.º 1 foram inseridos extractos da imprensa francesa e espanhola e no n.º 2 é publicada uma entrevista com Ortega y Gasset). A evolução da situação em Espanha e a queda de Primo de Rivera dão esperança aos exilados portugueses que traçam um paralelismo entre o fim da ditadura em Espanha e o restabelecimento da democracia em Portugal. Pensa-se assim que o fim da ditadura está próximo em Portugal, pelo que a aceleração da *revolução* constitui mais do que nunca a prioridade da oposição no exílio em detrimento da imprensa e da propaganda republicana.

Américo Buísel procura fazer do jornal uma tribuna livre, um espaço onde todas as correntes políticas possam ter voz e discutir os princípios ideológicos, nomeadamente “os nossos adversários se um dia as circunstâncias o permitirem”⁴². *A Liberdade* “pregará a união entre os republicanos e defenderá a restauração em Portugal da democracia em toda a sua pureza. Combaterá sem tréguas a ditadura portuguesa actual e todos regimes de força em geral. Mais possível: argumentação, documentação”⁴³, sendo para isso necessário “criar entre o povo um espírito liberal, democrático, anti-clerical, internacional e pacífico, criar a repulsa por todos os regimes de força, pelo militarismo e pelos nacionalismos mórbidos: República,

37 Professor de Direito e deputado da direita liberal. Exercerá a função de Ministro da Justiça durante o governo de Vichy. Membro da Academia das *Sciences, Morales e Politiques*.

38 Próximo de Édouard Herriot. Albert Millaud será secretário-geral do Partido Radical de 1931 a 1934.

39 Deputado do Partido Radical. Georges Potut faz parte do grupo dos “jovens turcos”.

40 Jornalista. Francis Delaisi será um dos membros do Comité de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas.

41 Joseph Barthélemy, “Democracia e ditadura”, *A Liberdade*, n.º 2, de 28 de Fevereiro de 1930.

42 *A Liberdade*, n.º 1, de 3 de Fevereiro de 1930.

43 Casa Comum, espólio Bernardino Machado pasta 07038/090, carta de Américo Buísel para Bernardino Machado, de 18 de Janeiro de 1930.

justiça, liberdade”⁴⁴. Adoptando uma postura unitária, o jornal centra as questões abordadas em temas consensuais como a má gestão financeira da ditadura e a violação dos direitos individuais. A estratégia de diálogo é igualmente perceptível a nível da organização interna do jornal: os artigos não são assinados, à excepção dos de Bernardino Machado e Santiago Prezado, recorrendo-se a pseudónimos ou perfis (antigo ministro, antigo deportado, etc) de modo a garantir a diversidade das correntes políticas, dos grupos de deportados e dos republicanos de Portugal, preservando-os simultaneamente da repressão policial.

Após a implantação da II República, em Abril de 1931, a Espanha torna-se no novo centro nevrálgico do exílio. Nesta fase, a imprensa é praticamente inexistente, limitando-se à publicação de *A Verdade*, entre Outubro de 1933 e Fevereiro de 1934. À semelhança dos periódicos anteriores, a publicação terá uma duração curta e pautada pelas divergências políticas não só no exílio, como também entre este e a resistência do interior. A necessidade de um órgão de propaganda fazia-se desde há muito sentir, mas dificuldades várias, sobretudo de ordem financeira, impediam a sua publicação. A chegada de Armando Cortesão ao exílio e a obtenção de um empréstimo revolucionário vêm criar novas condições, numa altura de crescendo revolucionário; a publicação de *A Verdade* corresponde ao período compreendido entre a preparação do movimento dirigido pelo coronel Hélder Ribeiro, previsto para Julho de 1933, adiado depois para Novembro, e a greve geral revolucionária de 18 de Janeiro, com a qual devia coincidir uma nova acção armada republicana.

Armando Cortesão e Cândido Nazaré, respectivamente director e chefe das oficinas da Imprensa da Universidade de Coimbra, tinham publicado nesta cidade, entre Julho/Agosto e Setembro de 1932, um jornal clandestino — *A Verdade* -, cuja publicação cessara quando a polícia identifica Armando Cortesão como agente de ligação da oposição republicana⁴⁵, levando-o a exilar-se em Espanha, e a partir de 1935 em Inglaterra. O primeiro número da série espanhola sai em Outubro de 1933 com o n.º 6. A publicação será interrompida após o n.º 11, de Fevereiro de 1934, por divergências com a oposição do interior sobre o conteúdo do jornal, considerado como demasiado radical. Para além de director de publicação, Armando Cortesão é igualmente o seu administrador e principal colaborador, para além do exercício de outras tarefas ligadas à feitura e à distribuição do jornal em Portugal. Bernardino Machado acompanha de perto a preparação do periódico, num gesto que garantia imparcialidade, dado ser o único chefe político consensual no exílio e aceite por todos enquanto figura tutelar.

44 Casa Comum, espólio Bernardino Machado, pasta 07038/090, carta de Américo Buisel para Bernardino Machado, de 18 de Janeiro de 1930.

45 A série portuguesa é composta por 5 números (desconhece-se a data exacta do n.º 1, situando-se entre Julho e inícios de Agosto, o n.º 2 é de meados de Agosto, o n.º 4 de meados de Setembro e o n.º 5 está datado de 30 de Setembro), sendo a sua periodicidade aparentemente quinzenal. Os números 2, 4 e 5 foram impressos em Coimbra, na tipografia Reis Gomes, com uma tiragem de 3 mil exemplares para os n.º 2 e 3, e de quatro mil para o n.º 5. ANTT, PVDE, proc. 1053/SPS (Armando Cortesão).

A *Verdade* apresenta-se como órgão da resistência, de carácter unitário e abrangente. Impressa em formato folio, apresenta 8 páginas e uma tiragem supostamente de três mil exemplares⁴⁶, ainda que o número especial de Janeiro de 1934, tenha sido impresso em dez mil exemplares⁴⁷. O preço do número não está indicado, deixando o jornal ao critério dos leitores o montante do donativo para a causa republicana. Contrariamente aos jornais de exílio do período francês, *A Verdade* não apela à contribuição monetária para assegurar a sua continuação, o que deixa supor outros tipos de financiamento. O jornal é igualmente distribuído junto da comunidade portuguesa emigrada nos Estados Unidos e no Brasil com o duplo objectivo de difusão do ideário republicano e recolha de fundos⁴⁸. A introdução em Portugal dos primeiros números da série espanhola faz-se quer através do auxílio de empregados dos caminhos-de-ferro espanhóis e portugueses, quer de outras formas mais tradicionais: “correios”, envio de pequenas encomendas postais, no interior de jornais espanhóis autorizados a circular em Portugal... As detenções em massa efectuadas pela polícia em Outubro e Novembro de 1933 desorganizam a rede de distribuição do jornal em Portugal. Para a distribuição do n.º 8, Armando Cortesão é obrigado a montar uma nova rede, que se encontra pronta a funcionar apenas em fins de Dezembro, retardando assim a difusão desse número⁴⁹. A tentativa de greve geral revolucionária de 18 de Janeiro e o conseqüente intensificar da vigilância policial levam à apreensão pela polícia de uma importante quantidade de jornais.

Os artigos de *A Verdade* não são assinados, com excepção de uma poesia de Jaime Cortesão — Maldição⁵⁰ — e de uma declaração de princípios, subscrita por Bernardino Machado, em nome da oposição republicana. Estratégia que, para além de procurar proteger os articulistas da repressão policial, tenta evitar, no interior do país e na deportação, a identificação do jornal a um grupo determinado, em particular com os Budas. A principal diferença, relativamente à anterior imprensa de exílio, é de natureza estratégica, procurando igualmente divulgar a causa da oposição no exterior, retomando uma *démarche* que tinha dado frutos nos primeiros anos de exílio pela mão de António Sérgio. *A Verdade* procura ser uma fonte de informação sobre a ditadura portuguesa para a imprensa estrangeira⁵¹; o genebrino *Le Travail*⁵² publica, com base no órgão da oposição, uma série de crónicas nas quais contesta a veracidade

46 Armando Cortesão refere-se à destruição de três mil exemplares dos n.º 6 e 7 como representando metade da tiragem dos dois números. Bernardino Machado — Vila Nova de Famalicão (BM), cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 5 de Dezembro de 1933 e 28 de Fevereiro de 1934.

47 *Idem*, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 1 de Fevereiro de 1934.

48 A distribuição nos Estados-Unidos é assegurada pelo antigo ministro da República, João Camoesas, que se exilou neste país após o 28 de Maio. Camoesas é responsável pela propaganda republicana no seio da colónia portuguesa de New Bedford. BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 10 de Fevereiro de 1934.

49 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 22 de Dezembro de 1933.

50 Publicada no n.º 9 — número especial.

51 *A Verdade*, n.º 7 de Novembro de 1933.

52 *Le Travail*, de 7 de Setembro de 1933, cujo artigo é reproduzido em *A Verdade* n.º 7, de Novembro de 1933.

dos orçamentos apresentados por Salazar⁵³. Armando Cortesão conta igualmente com a sua rede de contactos nos meios jornalísticos internacionais para fazer publicar, na imprensa estrangeira, artigos contrários ao Estado Novo, elaborando sínteses, em francês e em inglês, das críticas da oposição republicana à obra financeira de Salazar⁵⁴.

As questões de natureza política, com a crítica do corporativismo, a política financeira e a política colonial⁵⁵ são os principais temas abordados pela *A Verdade*, seguindo-se a denúncia da repressão e da violência policial: a censura da imprensa e da correspondência, a vigilância policial, a tortura dos presos políticos... O tom empregue pelo jornal é violento, atacando frontalmente as principais figuras do regime: Salazar, Armindo Monteiro, António Ferro, Agostinho Lourenço e, em menor grau, o presidente da República, Óscar Carmona. O debate de ideias, os programas políticos, a discussão dos princípios republicanos, que ocupavam um lugar privilegiado nos anteriores jornais oposicionistas, são secundarizados, deixando à vista a fraqueza da oposição republicana, incapaz de valorizar a dimensão ideológica da luta contra o Estado Novo e, por conseguinte, de se bater com o regime no campo da propaganda (contando este já com a terrível máquina do Secretariado da Propaganda Nacional), ou pelo menos de ser pressentida pela opinião pública como alternativa política com espessura programática. O facto é que a *A Verdade*, ao pretender ser uma tribuna de todos os grupos republicanos, vê-se obrigada a dissimular divergências ideológicas, o que reduz a margem de manobra do jornal e os pontos de abordagem da actualidade política portuguesa, suprimindo tudo o que fosse passível de suscitar contestação ou deixar transparecer a desunião da oposição, isto é, tudo o que fosse de natureza política. A realidade é que a margem de manobra de *A Verdade* é muito estreita. Limitada a questões consensuais, como a denúncia da obra político-financeira do salazarismo e os crimes da ditadura, a crítica destas matérias é mesmo assim suficiente para provocar o descontentamento dos republicanos-conservadores e das franjas militares próximas do Presidente da República. Órgão de combate à ditadura, *A Verdade* procura levar a cabo uma obra de propaganda republicana direccionada para os militares, base predominante na corrente oposicionista republicana. *A Verdade* reafirma os princípios republicanos do 28 de Maio e as motivações que estiveram na origem do movimento, justificando a participação dos militares republicanos e apresentando-os como as primeiras vítimas do empalmamento do golpe:

53 O artigo que serve de base ao *Le Travail* é extraído da série portuguesa de *A Verdade*.

54 A oposição denuncia em *A Verdade* o défice orçamental do exercício 1932-1933, contradizendo os resultados de excedente apresentados por Salazar com a argumentação de que o Anuário Estatístico da Sociedade das Nações indicava um défice orçamental de 228 milhões de escudos.

55 Crítica da administração colonial, mas sobretudo das concessões feitas pelo governo neste domínio à Inglaterra.



Figura 4
A Verdade. Nº 9, Janeiro de 1934.
Fonte: Arquivo Histórico-Diplomático.

A ditadura saída do 28 de Maio, de princípio bem intencionada, admitamo-lo, em breve reconheceu que só por aqueles baixos processos poderia viver e neles se lançou. Não tardou que os militares briosos e sinceros que entraram no 28 de Maio, acabassem por ser perseguidos, presos, deportados e finalmente demitidos do Exército, empurrados por uma quadrilha de bandoleiros, devoristas e reaccionários da pior espécie⁵⁶.

Ainda na mira da sedução dos militares conservadores, o jornal reconhece abertamente a aproximação da oposição no exílio com o grupo de Vicente de Freitas: “declarações liberais, anti-ditatoriais por este [Vicente de Freitas] há cerca de um ano feitas a um jornal da manhã, são até certo ponto merecedoras da nossa simpatia”⁵⁷. Em Outubro de 1933, numa análise da situação da oposição ao regime, *A Verdade* conclui na partilha, pelo conjunto das correntes da oposição (num leque alargado de sensibilidades que vai esquerda ao integralistas), de um

56 *A Verdade*, n.º 7, Novembro de 1933.

57 *A Verdade*, n.º 6, Outubro de 1933.

sentimento de ódio em relação a Salazar, responsável pelos males que assolavam o país e a sociedade portuguesa, e pela vaga de prisões, deportações e destituições⁵⁸. Começa a esboçar-se então uma nova aproximação na luta contra Salazar entre as correntes, que se concretizará em 1935 na preparação do movimento que desembocará na revolta de Setembro (ainda que uma parte do republicanismo se tenha afastado durante o Verão de 1935) justificada pela tomada de consciência da fraqueza da oposição, em particular no seio das Forças Armadas. Uma particularidade do jornal é a evolução do conceito de oposição, que tende a generalizar-se e a englobar as correntes representativas do movimento operário. *A Verdade* não distingue entre vítimas republicanas, anarquistas ou comunistas, considerando-as no seu conjunto como opositores, contrariando assim a clássica distinção operada pelo regime entre presos políticos e por razões sociais. A prisão dos anarco-sindicalistas Germinal de Sousa e Jaime Rebelo, e as torturas por estes sofridas são assinaladas no jornal, sendo este último citado como símbolo da resistência ao regime ditatorial.

À medida que os fracassos revolucionários se sucedem, fragilizando e enfraquecendo a oposição, nota-se uma tomada de consciência crescente da sua debilidade, pespontando uma postura crítica: “O resultado [dos conflitos no seio da oposição] é que tudo se complica, tudo atrasa, e todos nós cada vez mais sofremos... diminuindo as possibilidades a cada hora”⁵⁹. Mas apesar das concessões feitas pelos radicais aos moderados republicanos, a coesão da oposição é impossível de manter e as linhas de fractura ressurgem relativamente à orientação da luta contra o Estado Novo, o projecto republicano e o conteúdo da propaganda. A acerba crítica lançada nas páginas de *A Verdade* contra figuras do regime próximas dos conservadores, em particular contra o presidente da República, abre fissuras na unidade republicana. O facto de Carmona ter tido a possibilidade de pôr fim à ditadura pela via pacífica⁶⁰ mas ter optado pela sua manutenção abre uma ferida insanável entre os dois bordos da oposição republicana. Por seu turno, o tom demasiado virulento de *A Verdade* reduz a margem de manobra dos republicanos do interior ligados a Cunha Leal, mais próximos do regime do que os exilados, que pedem moderação a Armando Cortesão. A propaganda vinda de Espanha, considerada prejudicial aos objectivos da corrente conservadora, acaba por ser inutilizada pela própria oposição; é o caso de três mil exemplares dos n.º 6 e 7 de *A Verdade* que são queimados devido às críticas contidas a Carmona, susceptíveis de desagradar às Forças Armadas⁶¹, ou de uma encomenda com 1.800 exemplares do n.º 8, que foi abandonada no depósito de

58 *A Verdade*, n.º 6, Outubro de 1933.

59 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, de 21 de Março de 1934.

60 Em 1933, um grupo de oficiais conservadores tenta levar o Presidente da República a destituir Salazar da Presidência do Conselho e a formar um governo de unidade nacional que permitisse o regresso à República e à democracia “no respeito da ordem e sob o controle da facção republicana conservadora”. *A Verdade*, n.º 6, Outubro de 1933.

61 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 5 de Dezembro de 1933.

mercadorias dos caminhos-de-ferro, no Cacém⁶². A plataforma de entendimento mínima das correntes republicanas, que repousava na queda da ditadura e no regresso ao regime parlamentar, revela-se incapaz de manter a unidade da oposição face à divergência de estratégia e de objectivos. Um antigo ministro da República e ex-exilado (certamente Cunha Leal) diz-se pronto a entregar *A Verdade* à polícia se ele ou a organização que dirige continuassem a receber o jornal⁶³. A publicação acaba por ser suspensa temporariamente, ainda que Armando Cortesão continue a preparar o n.º 12. Este, pronto para sair em Março de 1934, nunca virá a ser publicado.

A intensificação da repressão policial e o aumento do número de detenções e de deportações dá lugar à publicação de um número especial de *A Verdade*, dedicado às vítimas da ditadura⁶⁴. O início da distribuição coincide com o aniversário da revolta do 31 de Janeiro. Para uma difusão mais alargada dos crimes da ditadura é editada uma versão em francês, resumida e adaptada ao contexto internacional. A tiragem é de 15 mil exemplares para o original em português e 3 mil para a versão francesa⁶⁵. A sua introdução em Portugal é cuidadosamente preparada por Armando Cortesão, dado o clima repressivo que se vive após o 18 de Janeiro, e as ligações de fronteira são reforçadas. Um outro estratagema para a introdução do jornal em Portugal é o seu trânsito por um país terceiro para não despertar a atenção da polícia; algumas centenas de jornais são enviados via Londres e Genebra para Portugal⁶⁶. Porém, os correios suíços fazem fracassar o estratagema, retendo, por ordem do governo federal, cerca de 30 encomendas postais (o que correspondia a mais de 2 mil exemplares)⁶⁷. Uma parte das encomendas será recuperada graças à intervenção do governo espanhol, através do sub-secretário das Comunicações, junto do seu homólogo suíço⁶⁸. O número especial de *A Verdade* é também enviado directamente pelo correio aos republicanos, residentes em Portugal e nas colónias, através de remetentes falsos de livrarias e de institutos estrangeiros. Em fins de Fevereiro de 1934, a tiragem encontrava-se já esgotada. A deslocação a Madrid de uma equipa portuguesa de futebol leva a uma nova tiragem deste número para distribuição junto dos adeptos portugueses⁶⁹.

O número especial de *A Verdade* é enviado a deputados e senadores de esquerda franceses, belgas e ingleses e a altas individualidades destes países, bem como a delegados e funcionários da Sociedade das Nações⁷⁰. Afonso Costa encarrega-se pessoalmente da distribuição

62 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 28 de Fevereiro de 1934.

63 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 14 de Março de 1934.

64 Sairá com o n.º 9, em Janeiro de 1934, correspondendo aos números 9 e 10, dado que o n.º 11 data de Fevereiro de 1934.

65 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 1 de Fevereiro de 1934.

66 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 25 de Janeiro de 1934.

67 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 2 e 21 de Março de 1934.

68 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 17 de Março de 1934.

69 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 2 de Março de 1934.

70 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 25 de Janeiro de 1934.

Figura 5

O sangue da repressão.

A Verdade. Nº 9, Janeiro de 1934.

Fonte: Arquivo Histórico-Diplomático.



de 1.200 exemplares da edição francesa, dos quais 800 são enviados para Inglaterra⁷¹. A violência da repressão policial, as precárias condições de detenção nas prisões metropolitanas, a situação dos deportados nas colónias, as condições de vida nos presídios, particularmente em Angra do Heroísmo e no campo de Okussi, em Timor, são os principais temas deste número. Os depoimentos recolhidos junto das vítimas imprimem-lhe uma dimensão humana, mas é sobretudo pelo impacto visual que a oposição procura sensibilizar a opinião pública e chamar a atenção para os métodos de interrogatório e de tortura utilizados pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). As caricaturas são de Reinoso, um antigo exilado espanhol, e concebidas sob a orientação de Armando Cortesão, enquanto que os desenhos a tinta-da-china datam de 1929, são de Canelas, produzidos ainda na fase parisiense do exílio. É feita uma tiragem especial, em papel de linho, de alguns exemplares do nº especial para constituírem provas para memória futura, “que um dia figurarão nos arquivos históricos portugueses como elementos de alto interesse para o estudo deste período da ditadura”⁷². Porque a ditadura representa “uma nódoa negra e sangrenta”, são impressos 30 exemplares em papel vermelho, enviados às altas individualidades do regime: presidente da República, presidente do Conselho, ministros e outras personalidades, para “lhes recordar o sangue e as

71 BM, cx. 132, correspondência de Armando Cortesão para Bernardino Machado, 2 de Fevereiro de 1934.

72 *A Verdade*, nº 11, Fevereiro de 1934.

lágrimas em que têm afogado o amor à liberdade de tantos republicanos e liberais portugueses e suas famílias”⁷³.

2. A imprensa antifascista (1937-1939)

Interrompida em 1934, a imprensa de exílio reaparece em 1937 no contexto de luta antifascista e sob fundo de guerra de Espanha. A origem dos jornais *Unir* e de *Liberdade* insere-se na estratégia de frente comum contra o fascismo, decorrente da linha de Frente Popular saída do VII Congresso do Komintern, em 1935. Os exilados portugueses não permanecem incólumes ao ambiente de unidade antifascista que anima então as esquerdas francesas e europeias, e uma ideia de abertura ao PCP começa a esboçar no seio do republicanismo de esquerda. É neste contexto, aqui extremamente simplificado, que acabará por nascer a Frente Popular Portuguesa (FPP). Esta terá expressão política no exílio, ainda que sob modelo diferente do preconizado pelos comunistas, dado ter permanecido sempre uma organização de topo. É no âmbito da FPP no exílio ou de modo mais geral, do antifascismo, que vêm a ser publicados *Unir* e *Liberdade*, e num campo mais doutrinário o *Rebelião*, este enquanto órgão da Federação dos Anarquistas Exilados em Espanha (FAPE).

2.1. Unir

Unir, que se apresenta como o órgão da FPP, é antes de mais o jornal da oposição republicana no exílio, ainda que os comunistas tentem influir na sua linha política. A ideia da publicação de um jornal da FPP deve-se a José Domingues dos Santos⁷⁴, indo ao encontro de uma iniciativa de Armando de Magalhães, que pretendia publicar um jornal para a imigração económica portuguesa. Previsto inicialmente para sair em Abril de 1937, a publicação é adiada para os primeiros dias do mês de Maio, mas os contratemplos ligados ao falecimento de Afonso Costa remetem a saída do jornal para os primeiros dias de Julho de 1937, mantendo-se activo durante dois anos, até Junho de 1939. A publicação é, numa primeira fase, semanal, passando a quinzenal após o nº 12, de 11 de Junho de 1938. A edição do jornal é suspensa em Março de 1939, reaparecendo no entanto em Maio, anunciando-se nesta altura a sua irregularidade futura, passando a publicar-se apenas “quando as circunstâncias o exigirem ou o

73 *A Verdade*, nº11, Fevereiro de 1934.

74 ANTT, PVDE, proc. 1360/38.

aconselharem”⁷⁵. Foi o caso do n° 48, de 28 de Maio de 1939, por ocasião do 13° aniversário do derrube da República, e do n° 49, de 15 de Junho. *Unir* é em seguida proibido pelo Ministério do Interior francês, cessando definitivamente a sua publicação.

Unir é uma folha de 4 páginas, em formato folio, que tem inicialmente como subtítulo “semanário da Frente Popular Portuguesa”, transformando-se em “jornal da Frente Popular Portuguesa” quando se torna quinzenal e posteriormente em “jornal da democracia portuguesa”, após a ruptura da FPP no exílio. A publicação de *Unir* é financiada pelo empréstimo de seis milhões de francos contraído junto do Governo republicano espanhol⁷⁶ pelo Comité de Acção da FPP, em Paris, por intermédio do embaixador espanhol na capital francesa, Luis Araquistáin, a 28 de Abril de 1937, pouco antes do falecimento de Afonso Costa⁷⁷. O Comité de Acção exerce um controlo directo sobre o *Unir* através de José Domingues dos Santos e de Narciso Guimarães, que são nomeados, respectivamente, director e administrador da publicação. Os fundos do jornal são geridos pelo Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa, através do Comité Financeiro e do Conselho Fiscal. O Comité Financeiro versa ao *Unir* 1.500 francos por número, para as despesas de impressão e de envio, competindo ao Conselho Fiscal a verificação das contas⁷⁸. Uma fonte de receitas subsidiária é a venda do jornal ao número ou por assinatura⁷⁹. Os imigrantes portugueses em França contribuem também para o financiamento do jornal através da promoção de subscrições e da organização de grupos de difusão nas secções locais da Federação dos Emigrados Portugueses em França (FEPF), em particular em Saint-Ouen, Issy-les-Moulineaux e no 20° bairro de Paris⁸⁰. O produto da venda é destinado à cobertura das despesas de administração e à remuneração dos colaboradores⁸¹.

Ainda que os principais cargos de direcção do *Unir* sejam ocupados por republicanos, os comunistas acreditam deter o seu controlo através de elementos colocados dentro do jornal: José Neves, chefe de redacção, um republicano que tinha aderido secretamente ao PCP, Ludgero Pinto Basto, secretário de redacção, e Armando de Magalhães responsável pelos assuntos sociais⁸². O gerente da publicação é Joaquim Leão, um português naturalizado francês, próximo dos comunistas, que será substituído por Bisnovaty aquando da cisão entre

75 *Unir*, n° 48, 28 de Maio de 1939.

76 Casa Comum, espólio Afonso Costa, pasta 07219/078, acta do Comité de Acção s/d [22 de Fevereiro de 1939].

77 O empréstimo destinava-se a financiar um novo movimento revolucionário em Portugal, e apenas uma pequena parte é utilizada na publicação do *Unir*.

78 Centro Russo para a Conservação dos Arquivos de História Política e Social (RGASPI), 495/179/12, acta n° 4 do Comité de Acção da FPP, de 24 de Maio de 1937.

79 O preço de venda ao número é de 50 cêntimos e de 1 franco em Junho de 1939. A partir de 1938 é também possível subscrever uma assinatura, cujo preço é respectivamente de 7 francos em Paris e no departamento do Sena, 8 francos na França metropolitana e nas colónias portuguesas, 10 francos nos países da União Postal, e 15 francos para os restantes países.

80 *Unir*, n° 2, 9 de Julho de 1937.

81 RGASPI, 495/179/12, acta n° 4 do Comité de Paris da FPP, de 24 de Maio de 1937.

82 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para “prezados camaradas”, de 3 de Junho de 1937.



Figura 6
Unir. Nº 4, 31 de Julho de 1937.
Fonte: Arquivo Histórico-Diplomático.

republicanos e comunistas. O responsável técnico do jornal é o jornalista libertário Jaime Brasil, que mais tarde exercerá também a função de chefe de redacção, substituindo José Neves. A redacção do *Unir* é inicialmente na sede da FEPP, rua Richer, no 9º bairro de Paris, mas, em inícios de 1938, as rivalidades que se fazem então sentir para o controlo da organização emigrada repercutem-se no jornal. A sede da redacção do *Unir* é transferida para o nº 50 da rua des Petites Écuries, no 10º bairro. A mudança de tipografia deixa transparecer as modificações sofridas no jornal; impresso inicialmente na tipografia Sainte Blaise, na rua Amelot, passa para a Societé Parisienne d'Impression, na rua Saulnier, tipografia ligada aos bascos espanhóis (Dreyfus-Armand, 1994: 277-278)⁸³, e onde será igualmente impresso *Liberdade*, jornal dos exilados anarquistas portugueses, a partir de Abril de 1938. A tiragem do *Unir* é de 5 mil exemplares, destinando-se metade à distribuição gratuita no interior de Portugal e o resto à venda nas colónias e nos centros de imigração portuguesa, nomeadamente na parte francesa de Marrocos, na Espanha republicana, nos Estados-Unidos, na Argentina, no Brasil e na África do Sul. O jornal circula ainda nas colónias francesas da África Ocidental. Em Portugal e nas colónias, *Unir* é introduzido clandestinamente por barcos estrangeiros⁸⁴. Exemplares do jornal

83 Na Primavera de 1937, Rafael Picavea, responsável da delegação do governo de *Euzkadi* em Paris, assume a direcção ou compra a SPI.

84 Um dos barcos utilizados para a introdução do *Unir* em Portugal é o *Kirkland*, que navega sob pavilhão inglês, mas de cuja tripulação faz parte um marinheiro português.

são igualmente distribuídos aos marinheiros portugueses que acostam no porto do Havre.

Ainda que o principal objectivo do *Unir* seja a propaganda antigovernamental, o jornal serve paralelamente como meio de ligação das comunidades portuguesas emigradas. Concebido para ser difundido principalmente em Portugal e nos meios do exílio é, no entanto, junto da emigração económica que obtém maior sucesso e onde tem a maioria dos seus leitores. *Unir* é distribuído em França pelas secções locais da FEPP, enquanto que na parte francesa de Marrocos é Manuel Vasques quem se ocupa da sua difusão, sendo o jornal vendido a partir do Verão de 1937 pelas organizações de imigrantes portugueses em Rabat, Casablanca e Mequenês. Nesta última cidade são distribuídos regularmente 50 exemplares de cada número, dos quais 25 por assinatura⁸⁵. Em Tânger, o ministro de Portugal tenta, através de um decreto especial, proibir a circulação do *Unir* na zona internacional⁸⁶. Nos Estados- Unidos, o jornal circula na colónia portuguesa de New Jersey, graças ao trabalho desenvolvido em Nova Iorque pelo escritor José Rodrigues Miguéis, *compagnon de route* do PCP. No entanto, a sua implantação neste país é reduzida, sofrendo a concorrência de outros jornais que aqui se publicavam em português, nomeadamente *O Bacamarte* e *A Plebe* em Newark, e *O Colonial* em New Bedford. Na Argentina, onde o governo procura controlar a actividade política dos imigrantes, a secção portuguesa dos Amigos da República Espanhola organiza uma comissão para a distribuição do *Unir*⁸⁷. Na Espanha republicana, o jornal é lido em Barcelona, Valência e Madrid, estando a sua difusão a cargo da União dos Antifascistas Portugueses Residentes em Espanha (UAPRE), mas destina-se essencialmente aos combatentes portugueses, pelo que apenas são distribuídos 50 exemplares dos primeiros números⁸⁸.

José Domingues dos Santos, Bernardino Machado, Jaime de Morais, Sousa Rosa não hesitam em assinar os seus artigos. Os comunistas preferem utilizar pseudónimos, à excepção de Emídio Guerreiro, *compagnon de route* do PCP, José Neves, e Israel Anahory, recorrendo este também ao pseudónimo de A. Certo. De entre os colaboradores comunistas, é possível identificar Armando de Magalhães, Ludgero Pinto Bastos, Pável, Maria Machado. A colaboração comunista chega também dos Estados Unidos, pela pena de José Rodrigues Miguéis, e de Espanha, enviada por Francisco Ferreira e José Ramos. Quanto ao libertário Jaime Brasil, este prefere escrever sob o pseudónimo de J. Branco. Porém, a maioria dos artigos do *Unir* não são assinados, em particular os relativos à situação política em Portugal. Através da rubrica “Notícias de Portugal”, *Unir* abre as suas páginas aos leitores do interior do país, solicitando a sua colaboração e comprometendo-se a salvaguardar o seu anonimato. Um destes

85 *Unir*, n.º 49, 15 de Junho de 1939, relatório da organização “Casa dos Portugueses de Meknès”.

86 *Idem*, n.º 31, 9 de Julho de 1938.

87 BM, cx. 120, correspondência da Agrupação Portuguesa para Narciso Guimarães, de 28 de Novembro de 1937. Em Buenos Aires, é publicado pelos anarquistas portugueses o jornal *Ecos de Portugal*.

88 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para José Ramos, de 27 de Julho de 1937.

colaboradores foi o padre Joaquim Alves Correia, amigo de Bernardino Machado e de Agatão Lança, director da revista *Missões de Angola e Congo*⁸⁹. A representação dos *Budas* é assegurada por Jaime de Morais, que envia de Espanha crónicas de guerra.

Unir tem um duplo objectivo: levar os grupos e as personalidades republicanas mais reticentes à FPP a aderirem à organização e liderar o combate à ditadura salazarista. Animado pelos membros do Comité de Paris da FPP, o periódico deveria servir de orientação à FPP do interior e ser o seu meio de expressão⁹⁰. Dada a censura existente em Portugal, o jornal procura desempenhar a função de órgão de difusão da propaganda da FPP “republicana”, à imagem dos periódicos publicados no exílio desde 1927. *Unir* defende os princípios que estiveram na base da constituição do Comité de Paris e que eram suficientemente largos e gerais para englobar todas as correntes da oposição: o derrube da ditadura e a sua substituição por uma república constitucional, o restabelecimento das liberdades públicas, a reintegração do país numa política de paz, o estabelecimento de uma política de justiça social. Relativamente à estrutura interna do jornal, identificam-se quatro temas principais: a definição da sua orientação política e da da FPP, a crítica da política interna e externa do Estado Novo, a guerra de Espanha e, por fim, a posição da oposição portuguesa perante o contexto internacional. A estas preocupações é necessário acrescentar a página reservada à FEPP, dedicada aos problemas da imigração económica portuguesa em França e à divulgação das suas actividades, rubrica que se apresenta de maneira autónoma, à laia de suplemento.

Unir pretende ser a tribuna da oposição ao regime e abre as suas colunas a todas as correntes oposicionistas. Os comunistas explanam as suas concepções sobre a organização no terreno da acção da FPP, as tarefas do sindicalismo e a necessidade do desenvolvimento de um trabalho político nos sindicatos nacionais. Os anarquistas, através de Jaime Brasil, preferem abordar temas doutrinários, como a colectivização da economia em Barcelona. A oposição monárquica, se bem que não colabore no jornal, é mencionada como uma das correntes oposicionistas, reproduzindo-se as cartas de Paiva Couceiro para Salazar. Ainda que haja a preocupação de se demarcar do chefe monárquico, lembrando que Paiva Couceiro é um adversário político, *Unir* não deixa de mencionar a sua evolução política, justificando a publicação da carta pelo facto de conter “um punhado de verdades que o país deve conhecer”⁹¹.

89 Correspondência de Joaquim Alves Correia para Bernardino Machado, de 6 de Agosto de 1938, *Diário Popular*, de 14 de Julho de 1977. Católico liberal, Joaquim Alves Correia adopta uma posição crítica em relação ao regime, acabando por entrar em dissidência após 1945, o que o obriga ao exílio nos Estados Unidos. Sobre Alves Correia, ver Lopes, F. (1996). *P. Joaquim Alves Correia (1886-1951), ao serviço do evangelho e da democracia*. Rei dos Livros.

90 RGASPI, 495/179/12, acta n.º 4 do Comité de Paris da FPP, 24 de Maio de 1937.

91 A carta aborda a política colonial de Salazar e a ameaça separatista que esta teria suscitado em Angola, para além de denunciar a repressão como solução para os conflitos internos e a subordinação de todos os sectores da vida nacional ao equilíbrio financeiro. Críticas que estavam na linha das que vinham sendo feitas pelos republicanos à ditadura militar e ao Estado Novo. Para os republicanos, como para Paiva Couceiro, é necessário *devolver as finanças para o compartimento honroso, que, sem dúvida, lhes cabe — mas não faça delas a razão de Estado suprema, e quase única. Pois não é com o livro de contas que os Impérios se sustentam*. *Unir*, n.º 16, de 12 de Dezembro de 1937.

Banido do território nacional por dois anos, no seguimento da carta de 31 de Outubro de 1937, Paiva Couceiro exila-se em Sevilha, onde prossegue a actividade contra o Estado Novo e escreve uma segunda carta a Salazar, em termos ainda mais duros do que a anterior, retomando críticas da oposição republicana à política salazarista. *Unir* divulga esta segunda carta, declarando-se de acordo com o seu autor⁹².

Apresentando *Unir* enquanto órgão de expressão da FPP, as organizações que a compõem passam para um plano secundário, de modo a aparecer perante a opinião pública com um rosto único. É no âmbito desta estratégia que as correntes assumem o compromisso de não se criticarem entre componentes da FPP, devendo o jornal evitar qualquer distinção entre elas. Se não há no *Unir* qualquer menção aos partidos do tempo da República, as referências aos velhos líderes republicanos multiplicam-se: Bernardino Machado, Afonso Costa e José Domingues dos Santos tornam-se figuras emblemáticas da FPP, constantemente referidos pelo *Unir*. Pressionando inicialmente para tornar visível a ligação das individualidades republicanas à FPP, os comunistas acabam por cair na sua própria armadilha, levando a que a opinião pública portuguesa identifique a organização frentista com a corrente republicana. Posição que os comunistas não conseguem inverter quando pretendem tomar em mãos a direcção da FPP e do *Unir*, o que os levará a intensificar a pressão.

Ainda em Portugal, Pável queixava-se de que o *Unir* não menciona a existência do *Avante*. Mas para Armando de Magalhães, a reserva republicana relativamente à visibilidade comunista era considerada como positiva, dando a possibilidade ao PCP de penetrar em meios que de outro modo lhe permaneceriam fechados⁹³:

A esplêndida posição que ocupamos dentro do corpo redactorial vai-nos permitir que desenvolvamos a doutrina da Frente Popular, à sombra de nomes consagrados que rodearão os nossos artigos, o que sem dúvida lhes dará um poder de persuasão e de penetração que um jornal comunista ou claramente comunisante nunca alcançaria entre certas camadas antifascistas⁹⁴.

O trabalho a efectuar pelos comunistas no seio da FPP deveria ser o mais discreto possível de modo a explorar a seu favor todas as oportunidades que pudessem surgir. O caso do boletim informativo que o Comité de Lisboa da FPP pretende imprimir no estrangeiro, mas

92 *Idem*, nº 20, de 5 de Fevereiro de 1938. Paiva Couceiro acusa Salazar de fraude eleitoral, de traficar os orçamentos, de apresentar um equilíbrio financeiro fictício, de esbanjar os fundos públicos, do parlamento ser uma ficção engendrada pelo Presidente do Conselho e de o maior número de abusos de poder e de desvio de fundos se ter dado durante a ditadura moralizadora de Salazar. Paiva Couceiro acusa-o ainda de ter introduzido o comunismo em Portugal, pois antes da sua chegada ao poder o termo era praticamente desconhecido e os comunistas pouco numerosos. Nestas condições, Paiva Couceiro conclui que foi a política seguida por Salazar que criou as condições propícias ao desenvolvimento do comunismo.

93 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para “prezados camaradas”, de 3 de Junho de 1937.

94 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para “prezados camaradas”, de 3 de Junho de 1937.

destinado à difusão no interior do país, é exemplificativo de como o PCP poderia tirar proveito da situação. Armando de Magalhães sugere que, dadas as dificuldades de introdução de propaganda em Portugal, o boletim seja impresso no interior do país, com fundos e noticiário enviados do exterior⁹⁵. Como o PCP é o único a dispor de tipografias clandestinas, adoptar a solução proposta pelo delegado comunista, equivaleria a pôr nas mãos do PCP a imprensa oficial da FPP e os fundos para a propaganda, sobre os quais os republicanos perderiam o controlo.

Apesar das intenções de colaboração, a coabitação entre republicanos e comunistas não é pacífica. Em Julho de 1938, José Domingues dos Santos faz o balanço de um ano de actividade e das dificuldades encontradas, confessando a existência de correntes opostas, que pressionam para influir na orientação do jornal⁹⁶. Se os exilados comunistas querem levar o *Unir* a fazer propaganda comunista e a apologia da acção do PCP, por sua vez a facção republicana moderada, de Agatão Lança e Álvaro Poppe, manobram para afastar do jornal os elementos comunistas que lhes são desagradáveis⁹⁷. É nesta altura que a redacção do *Unir* deixa as instalações da rua Richer mudando-se para a rua des Petites Écuries. Em Julho de 1938, o jornal lembra que “*não é órgão de um partido, de um grupo ou de um homem e adverte que os republicanos desejam colaborar, mas não consentem em ser absorvidos*”⁹⁸. Na tentativa de controlar o *Unir*, Armando de Magalhães teria proposto a Jaime Brasil o cargo de redactor-chefe, o que é recusado por Brasil que classifica o convite de manobra destinada a afastar José Domingues dos Santos⁹⁹. O conflito entre republicanos e comunistas agrava-se com a chegada de Pável a Paris, que tenta um golpe de força para influir na linha redactorial do jornal e obter a direcção do *Unir*¹⁰⁰. A ruptura é consumada publicamente no n.º 41, com data de 26 de Novembro de 1938, sendo os comunistas acusados de não respeitarem as demais correntes políticas e de quererem utilizar o jornal em proveito próprio:

Unir não é a “terra de ninguém” onde todos podem vir estabelecer-se como em sua própria casa e de que todos podem dispor segundo as suas conveniências pessoais ou partidárias. Unir não é órgão de um homem, de um, grupo ou de um partido. É o jornal da Democracia Portuguesa¹⁰¹.

95 RGASPI, 495/179/13, correspondência de Armando de Magalhães para “prezados camaradas”, de 3 de Junho de 1937.

96 *Unir*, n.º 31, 9 de Julho de 1938.

97 Por seu turno, a facção republicana-conservadora, defensora da “pausa” e da cessação temporária da contestação antigovernamental, pronuncia-se a favor da suspensão do *Unir*, como sinal da trégua política proposta. Posição que não é nova, pois já em 1934 tinha conseguido suspender *A Verdade*, levando ao desaparecimento da publicação. Mas em 1937-1938, esta corrente tem uma menor influência sobre os sectores do republicanismo radical.

98 *Unir*, n.º 31, 9 de Julho de 1938.

99 ANTT, PVDE, proc. 79/41.

100 Um exemplo das manobras de Pável é um artigo, à laia de resposta, a uma carta recebida pelo jornal, no qual faz o seu próprio elogio de herói comunista. Jaime Brasil denuncia a manobra a José Domingues dos Santos, o que o leva a ser atacado pelos comunistas (PVDE, proc. 79/41). Pouco tempo depois, Pável volta à carga, pressionando Jaime Brasil para publicar um artigo de combate aos anarquistas. Francisco Barros Cachapuz foi encarregado por Pável de pressionar Jaime Brasil (ANTT, PVDE, proc. 36/41).

101 *Unir*, n.º 41, 26 de Novembro de 1938.

Se a orientação geral do jornal não sofre modificações maiores durante os dois anos de existência, sente-se contudo que a influência comunista aumenta pouco a pouco. A presença comunista emana de temáticas como a perseguição dos comunistas pelo regime alemão, a apologia do discurso do russo Litvinof na Assembleia da SDN, o elogio fúnebre dos portugueses caídos em combate em Espanha, a denúncia do nazismo e do fascismo, num estilo e numa linguagem mais próxima do *Avante* do que dos jornais republicanos. A visibilidade comunista traduz-se igualmente pelas referências ao PCP e ao *Avante*, cuja frequência aumentam em 1938. Um exemplo desta visibilidade crescente é o apelo à solidariedade para com o órgão do secretariado do PCP, lançado no *Unir* pelos *Amigos do Avante*, com o objectivo de recolher fundos para uma nova tipografia e permitir o reaparecimento do jornal, antítese da linha preconizada de não pôr em relevo qualquer das correntes. Os exilados comunistas procuram igualmente utilizar o *Unir* para se implantarem no seio da imigração económica portuguesa em França.

A pressão comunista e os artigos de Pável são um desafio à direcção de José Domingues dos Santos e aos republicanos. Mas os comunistas sobrestimam as suas forças e a sua capacidade de mobilização no seio da colónia portuguesa em França, acabando por sair derrotados do confronto com os republicanos, perdendo o último meio de expressão de que ainda dispunham para se fazerem ouvir e recolher alguns fundos junto das comunidades imigradas. Com a ruptura de Novembro de 1938, os comunistas encontram-se condenados ao silêncio, continuando os republicanos a exprimirem-se através do *Unir, jornal da Democracia Portuguesa*.

A cisão não provoca uma modificação na orientação do *Unir*. O carácter republicano do jornal e a continuidade da linha editorial são reafirmados por José Domingues dos Santos:

Unir é um jornal fundado e sustentado por republicanos, democratas, que, como tais, são estruturalmente antifascistas. Ele tem como missão combater a ditadura e preparar — ou contribuir para preparar — um largo e profundo movimento popular tendente a libertar o Povo Português da escravidão em que vive e restabelecer a Democracia. (...) Nós desejamos que a Democracia Portuguesa assegure a todo o trabalhador — com a Liberdade e a Justiça — a Paz, o Pão e a Instrução, que constituem a base de bem-estar moral e material de todo o cidadão. Em artigos indicámos qual era a trajectória que julgamos mais conveniente para atingir esta finalidade, o programa de acção que nos parece necessário pôr em prática para estabilizar a Democracia restaurada, criando um apoio popular tão forte que a torne invulnerável contra os ataques de todos os seus adversários (...) São estas as ideias que temos defendido nas colunas do UNIR, desde o seu primeiro número. Continuamos fiéis a este pensamento. Visamos os mesmos fins e, para os atingir, continuamos a preconizar os mesmos processos¹⁰².

102 *Unir*, n.º 41, 26 de Novembro de 1938.

Reafirma-se assim a autoridade republicana no seio da oposição no exílio, cuja necessidade se faz sentir face às correntes que, em fins de 1938, conspiram ainda em Portugal (republicanos moderados, conservadores próximos do regime, meios militares anglófilos). Nestas condições, os chefes exilados têm todo o interesse em se afastar de um PCP que perdeu a credibilidade e que se encontra enfraquecido pela repressão, ou pelo menos a matizarem de maneira mais suave as relações que possam manter. Apesar da cisão, *Unir* deixa uma “porta aberta” ao diálogo, mas é claro quanto às condições duma nova colaboração:

Não abrimos uma discussão, nem a aceitamos. Fixamos e definimos a nossa orientação. Aqui vive a Democracia; nada mais e nada menos. Esta fórmula sintetiza uma doutrina e estabelece uma disciplina. As colunas do nosso jornal continuam abertas a todos aqueles que, sem pensamento reservado, estejam dispostos a defender a nossa doutrina e a submeter-se à nossa disciplina¹⁰³.

A definição da orientação política do *Unir* é da competência exclusiva do Comité de Acção da FPP. Os republicanos redigem os artigos de fundo e tomam posição relativamente à estratégia de luta para o derrube da ditadura e política internacional. O editorial e as questões internacionais são assegurados até ao último número por José Domingues dos Santos. No espírito do seu director, *Unir* deve ser um espaço de diálogo e de unidade, um local onde todas as correntes, pertencentes ou não à FPP, se possam exprimir em defesa da liberdade, da independência nacional, da democracia, dos direitos cívicos e da justiça social¹⁰⁴. A orientação do jornal é apresentada por José Domingues dos Santos logo no primeiro número: “procurar esclarecer as consciências, alentar os ânimos hesitantes, ajudar os esforços combatentes, marcar as responsabilidades dos ditadores e organizar a resistência contra a opressão”¹⁰⁵. Em suma: “liquidar o presente e preparar o futuro”¹⁰⁶. Acção que se traduz a nível nacional na luta contra Salazar, e internacional, na defesa da democracia. A táctica de luta é definida pelos republicanos, mas os comunistas procuram levar o jornal a assumir posições mais à esquerda. Se exilados republicanos e comunistas se afrontam no seio da FPP, é nas páginas de *Unir* que o conflito toma maior visibilidade, cujo resultado é a cisão da organização frentista e o afastamento dos comunistas do jornal em Novembro de 1938.

O meio defendido no *Unir* para o derrube da ditadura é a *revolução* armada, que José Domingues dos Santos prevê violenta e sangrenta, mas que não passaria de uma etapa: “Não basta conquistar o Poder; é indispensável saber guardá-lo. É nesse momento que principia a

103 *Unir*, n.º 41, 26 de Novembro de 1938.

104 *Unir*, n.º 1, de 3 de Julho de 1937.

105 *Unir*, n.º 1, de 3 de Julho de 1937.

106 *Unir*, n.º 1, de 3 de Julho de 1937.

Figura 7

Enquanto muitos dos seus compatriotas morrem de fome, António Ferro faz em Paris uma “riquíssima” digestão!

Univ. N.º 2, 9 de Julho de 1937.

Fonte : Arquivo Histórico-Diplomático.



verdadeira Revolução”¹⁰⁷. Para os republicanos, a essência da actividade humana é a procura da perfeição, inclusive de um mundo melhor e mais justo, tendo por valores fundamentais a liberdade, a igualdade e o bem-estar material, que se atinge através de uma evolução progressiva. Quando se tenta por meios violentos impedir esta evolução, viola-se a liberdade de pensamento e de expressão (que, na acepção republicana, é uma lei natural), provocando a Revolução. Por outro lado, o regime republicano repousa na dignidade do Homem, o que pressupõe a sua liberdade política e económica, a primeira não podendo existir sem a segunda. Para José Domingues dos Santos, o Homem não pode gozar dos direitos fundamentais senão depois de ter conquistado e assegurado a melhoria das condições de vida. Para se alcançar este estágio, é necessário transformar a sociedade através da Revolução. Se os programas de governo elaborados pela oposição, sobretudo no fim dos anos 20, não veiculam o radicalismo da Revolução Francesa ou da Revolução de Outubro, não deixam no entanto de ser concebidos, pelo menos para quem os elabora, como bases de uma sociedade mais justa e igualitária. É neste sentido que a *revolução* republicana se impregna de uma dinâmica revolucionária, indo muito além do simples movimento militar. É o regresso às origens do republicanismo, à sociedade nova que se pretendia construir em 1910.

107 *Idem*, n.º 6, de 14 de Agosto de 1937.

A 19 de Junho de 1939, *Unir e Liberdade* são proibidos pelo ministério do Interior francês. O Ministro de Portugal em França esperava desde há muito uma oportunidade para pôr fim à imprensa portuguesa. Aquela apresenta-se com o precedente criado pela interdição da *Voz de Madrid*, jornal dos republicanos espanhóis. Gama Ochoa reclama junto do governo francês a adopção de medidas semelhantes relativamente à imprensa portuguesa¹⁰⁸. O governo francês justifica a interdição apoiando-se nos decretos de 21 de Abril e 24 de Maio de 1939, que reprimiam respectivamente a imprensa publicada em França em língua estrangeira e os delitos contra a integridade nacional. Bernardino Machado e José Domingues dos Santos tentam intervir junto do governo francês, em particular junto de Georges Mandel e do ministro dos negócios estrangeiros, Georges Bonnet, mas sem resultado. Pensa-se ainda na transformação do *Unir* e na sua publicação sob forma de panfleto, mas o editor recusa-se a infringir o decreto de interdição¹⁰⁹. Os exilados e a oposição portuguesa encontram-se reduzidos ao silêncio.

2.2 Liberdade

Liberdade surge a 9 de Abril de 1938, dando seguimento ao boletim publicado pela CNT-FAI em Barcelona e substituindo o boletim *Novos Horizontes*, editado em Paris pelo grupo do mesmo nome, mas cuja difusão era restrita. *Liberdade, o jornal da democracia portuguesa*, tem ambições mais latas, procurando dirigir-se não só aos anarquistas, mas também atingir um público antifascista, pelo que a sua linha é orientada para o que designa de antifascismo, isto é, o combate contra a ditadura de Salazar. *Liberdade* publica-se de maneira regular até inícios de 1939, sendo interrompida com o final da guerra de Espanha, mas reaparecendo no mês de Maio, antes de ser interdita conjuntamente com o *Unir*. O jornal é publicado quinzenalmente, saindo a 1 e 15 do mês, transformando-se, contudo, em Maio de 1939, numa publicação semanal. Entre Abril de 1938 e Junho de 1939, foram publicados 30 números.

José Agostinho das Neves e Jaime Brasil são a alma do jornal, cuja direcção técnica é assumida por este último¹¹⁰. O gerente é B. Monnier, cuja natureza das relações com os anarquistas portugueses não foi possível determinar, assim como não foi possível explicar a frequente mudança de instalações¹¹¹. O jornal é confeccionado nas oficinas da Société Pari-

108 MAE, série Europa, sub-série Portugal, vol. 64, nota de 24 de Abril de 1939.

109 Arquivo Oliveira Salazar (AOS), AOS/CO/IN — 8A, p. 5, relatório do informador junto dos exilados, de 4 de Julho de 1939.

110 Os dois únicos elementos assalariados são Jaime Brasil, que recebe um salário mensal de 100 francos, sendo depois aumentado para 150 francos, e Abílio Faria, que tem por função a dobragem dos jornais, substituído por José Godinho, quando se desloca a Portugal, no fim do Verão de 1938, para tentar obter a adesão da CGT à FPP.

111 A redacção instala-se no n.º 17 da rua Bachaumont, mudando-se depois, em fins de 1938, para o n.º 79, rua do Faubourg

sienne d'Impression, rua Saulnier, onde é igualmente impresso o *Unir*. A tiragem inicial é de 1.000 exemplares (800 em papel vulgar e 200 em papel bíblia, destinando-se estes à difusão clandestina em Portugal)¹¹², passando a 1.500 exemplares a partir do nº 8, de Agosto de 1938 (dos quais 1.300 em papel normal), o que se explica certamente pelo aumento dos meios financeiros. Em Novembro de 1938, *Liberdade* estima em 500 o número dos seus leitores¹¹³.

Até inícios de 1939, *Liberdade* é publicada em língua portuguesa, transformando-se em Maio desse ano num jornal bilingue, aumentando de 4 para 8 o número de páginas. O jornal passa a apresentar duas partes distintas, que poderiam ser publicadas separadamente; a primeira aborda questões específicas ligadas a Portugal e às preocupações nacionais, a segunda tem por título “Espanha Expatriada e é dedicada aos refugiados espanhóis que procuram localizar membros da família, perdidos de vista durante a *retirada* de Espanha. Esta rubrica ocupa as páginas centrais e é redigida em espanhol. A sua inserção no jornal dos anarquistas portugueses é reveladora da imbricação dos imigrantes portugueses na sociedade espanhola e, sobretudo, da fonte de financiamento, assegurada em grande parte pelos fundos da CNT-FAI. O custo dos dez primeiros números eleva-se a 14.315,85 francos, dos quais 11 mil provêm da organização espanhola¹¹⁴. A diferença é coberta pelos donativos enviados pelos emigrantes anarquistas no Brasil e, sobretudo nos Estados Unidos, assim como pelas assinaturas subscritas pela emigração em França¹¹⁵. O preço de venda ao número é de 50 cêntimos, subindo para 1 franco em Junho de 1939.

Liberdade destina-se à circulação nas comunidades portuguesas emigradas em França, nos Estados Unidos, no Brasil e na Argentina, sendo introduzida clandestinamente em Portugal e nas colónias. O jornal é também lido em Espanha, sobretudo na região centro, tanto por portugueses como por espanhóis. Nos países onde pode circular livremente, o jornal é enviado directamente pelo correio aos assinantes ou em rolos a indivíduos encarregados da sua distribuição a nível local¹¹⁶. Um dos meios utilizados para a introdução de *Liberdade* em Portugal e nas colónias é o envio, por correio, para indivíduos indiscriminados, cujos nomes e moradas eram retirados de anuários, sem ter em atenção a sensibilidade política dos destinatários¹¹⁷; via que tem o inconveniente do jornal poder ser detectado pelos serviços da censura postal, limitando assim a sua circulação.

Saint-Denis. Aquando do recomeço da publicação, em Maio de 1938, as suas instalações passam para o nº 56 da rua do Faubourg Poissonnière.

112 Instituto de História Social (Amsterdão) (HIS), FAI-CP, maço 37, A5.

113 HIS), FAI-CP, maço 30, C3, correspondência de José Agostinho das Neves para Germinal de Sousa, de 30 de Novembro de 1938.

114 HIS), FAI-CP, maço 37, A5. A CNT-FAI atribui a *Liberdade* um subsídio de dois mil francos mensais, à excepção do primeiro mês, em que foi de três mil francos.

115 HIS), FAI-CP, maço 30, C3, correspondência de José Agostinho das Neves para Germinal de Sousa, de 30 de Novembro de 1938.

116 *Liberdade*, nº 12, 1 de Outubro de 1938.

117 AOS/CO/IN — 8 A, p. 5, informação da PSP de Luanda, s/d.



Figura 8
Liberdade, Nº 1, de 9 de Abril de 1938
(Archives Nationales/Paris).

Os artigos sobre a situação portuguesa e o contexto internacional são assinados por José Agostinho das Neves e por “Franklim Neto”, provavelmente Jaime Brasil. A diversidade dos nomes e a utilização de pseudónimos dificulta a identificação dos colaboradores de *Liberdade*. Os artigos enviados de Portugal e das colónias são publicados sob o título “cartas de Portugal” e “crónicas africanas”; outras colaborações provêm de Espanha, do Brasil e dos Estados Unidos.

Liberdade assume um carácter mais antifascista do que anarquista. O primeiro objectivo é o de criar nos anarquistas portugueses uma disposição favorável ao entendimento com as demais forças oposicionistas:

Dispostos a lutar contra o fascismo e sem querermos comprometer os nossos objectivos com outras preocupações que nos possam distrair ou enfraquecer, entendemos dever abstrair-nos de todas e quaisquer polémicas com os demais elementos do movimento antifascista. Estamos convencidos de que o mais urgente é cerrar as nossas fileiras e combater o inimigo, que não devem subsistir outras preocupações que não sejam as da resistência colectiva e as da organização dessa mesma resistência (...). Não vimos com intenções de fazer oposição, nem de criar, tampouco, a mínima concorrência àqueles que já estão lutando contra a ditadura e contra o fascismo. Desejamos apenas

contribuir para uma maior coesão de todas as forças de progresso social e fazer com que a luta tenha maiores probabilidades de êxito, mercê da união de todos (...). Se bem que não tenhamos a pretensão de exigir que todos abdicuem das suas convicções particulares, assim como também não estamos dispostos a esquecer as nossas, queremos no entanto que se abra uma trégua recíproca e que possamos marchar de mãos dadas até onde o caminho nos for comum¹¹⁸.

Mas quando as manobras comunistas para influir sobre o grupo anarquista de Paris se tornam demasiado evidentes e agressivas, *Liberdade* abandona a ideia de FPP em favor da Frente Antifascista, defendida também por *Rebelião*.

O segundo objectivo de *Liberdade* é o combate à influência comunista nos círculos da imigração económica portuguesa, e mais particularmente em França, que parece ter conhecido algum êxito, se tivermos em consideração as afirmações de José Agostinho das Neves, para quem a influência anarquista aumentou consideravelmente desde que o jornal começou a ser publicado¹¹⁹. *Liberdade* propõe abrir as suas páginas aos emigrantes portugueses, para que se exprimam sobre o combate contra o fascismo, procurando contribuir para a elevação do nível cultural e a melhoria da situação económica dos trabalhadores¹²⁰.

A linha editorial de *Liberdade* e as ideias defendidas pelo jornal não diferem das do *Unir*, órgão da FPP: denúncia da atitude colaboracionista de Salazar para com a Alemanha e a Itália, crítica da política financeira do Estado Novo, denúncia do corporativismo, chamada de atenção para a ameaça alemã sobre as colónias, assim como para a ameaça franquista relativamente à independência nacional. Os artigos de Claude Vivières sobre a política externa de Salazar, publicados no *L'Ordre*, e os de Geneviève Tabouis, no *L'Oeuvre*, são reproduzidos por *Liberdade*, tal como o são no *Unir*. Uma outra ideia, apresentada pelo órgão da FPP e retomada pelo jornal anarquista, é a de que em Espanha se combate também em favor da democracia em Portugal. *Liberdade* dá, contudo, maior destaque do que o *Unir* aos problemas sociais e à repressão.

A luta contra o fascismo internacional ocupa largas colunas no jornal. *Liberdade* defende a imposição do boicote económico e comercial à Alemanha e à Itália, tido como um meio para as impedir de se aprovisionar em matérias-primas e de se evitar, assim, a guerra. O boicote decretado pelos governos dos países democráticos seria secundado pelas organizações operárias, cuja tarefa seria a de vigiar a sua aplicação:

118 *Liberdade*, nº 1, 9 de Abril de 1938.

119 IHS, FAI-CP, maço 30, C3, correspondência de José Agostinho das Neves para Germinal de Sousa, de 30 de Novembro de 1938.

120 *Liberdade*, nº 8, 1 de Agosto de 1938.

Cortar aos países fascistas a possibilidade de se reabastecerem do que lhes faz falta (...) seria a forma mais eficaz de interceptar o caminho às pretensões desses países totalitários. Uma iniciativa desse género, aplicada pelos países democráticos com todo o vigor e com a cooperação vigilante das organizações operárias respectivas seria a maneira de se levantarem obstáculos contra os quais o fascismo nada poderia e pelos quais teria de render-se¹²¹.

Apesar da intenção de minimizar a ideologia anarquista em favor do antifascismo, a dimensão teórica é perceptível na abordagem relativa à guerra de Espanha e na defesa da “revolução em marcha”. Os princípios do anarco-sindicalismo são abordados por Jaime Brasil, Manuel Boto, a partir de Espanha, e pela “voz que clama no deserto”, provavelmente José Agostinho das Neves, retomando o título de uma velha rubrica de *A Batalha*. Nestes artigos analisa-se a organização da nova economia e desmonta-se o sistema económico marxista. Relativamente à guerra de Espanha, tal como *Rebelião, Liberdade* silencia a evolução do conflito no terreno e o enfraquecimento do exército republicano, apesar do título sugestivo da “crónica militar”, assegurada pelo “alferes X”, certamente Jaime Brasil, que se desloca a Espanha para realizar uma série de reportagens. Curiosamente, o jornal dá maior enfoque ao lado franquista da guerra do que ao republicano. *Liberdade* dedica um número especial à Espanha¹²², no qual destaca o papel desempenhado pela CNT e pela FAI na defesa da República espanhola, assim como o da SIA na obra de assistência. *Liberdade* justifica as posições assumidas pela CNT durante a guerra de Espanha, nomeadamente a unidade sindical entre a CNT e a UGT, que suscitou forte hostilidade no movimento anarquista. O sistema de auto-gestão, posto em prática pelos anarquistas em Barcelona e nas zonas por eles controladas, e a obra cultural desenvolvida na Catalunha são citados como exemplo da aplicação concreta dos princípios do anarquismo. Para contrabalançar a acção do Comité de Ajuda às Vitimas da Espanha Republicana (CPAER) na recolha junto dos imigrantes portugueses de dádivas e fundos para os combatentes em Espanha e população civil, *Liberdade* procura pôr de pé uma estrutura paralela, por intermédio da qual seriam enviadas encomendas aos combatentes portugueses anarquistas.

Os “heróis” de *Liberdade* são figuras emblemáticas do anarquismo espanhol, tais como Mariano Vasquez, secretário-geral da CNT, Germinal de Sousa, secretário-geral da FAI, mas sobretudo o jornalista Mauro Bajatierra ou o pedagogo Puig Elias. A morte de Mauro Bajatierra, aquando da entrada das tropas franquistas em Madrid, é exaltada pelo jornal, considerado como o “último defensor de Madrid”¹²³. Apesar da derrota dos republicanos espanhóis, *Liberdade*

121 *Liberdade* n.º 1, de 9 de Abril de 1938.

122 *Liberdade* n.º 10, de 1 de Setembro de 1938, que sai excepcionalmente com 8 páginas.

123 *Liberdade*, n.º 22, de 1 de Maio de 1939.

permanece optimista; num artigo intitulado “a lição do Calvário de Espanha”, o “alferes X” argumenta que “o povo espanhol foi talvez a vítima expiatória que nos há-de redimir a todos”¹²⁴. Os últimos números de *Liberdade* dedicam uma atenção especial aos refugiados de Espanha, em particular aos portugueses apanhados na tormenta espanhola.

Para *Liberdade*, os emigrados portugueses, impedidos de se pronunciarem sobre a situação internacional no seio da FEPP, devido ao apoliticismo da organização, terão no jornal um meio privilegiado de expressão, cuja vocação natural é a de reunir à sua volta “os antifascistas portugueses que desejam discutir questões doutrinárias, ideológicas ou culturais, que não podem ser tratadas nas secções da FEPP”¹²⁵. Para a concretização do projecto, o jornal propõe a criação de grupos dos “Amigos da Liberdade” nas localidades de forte emigração portuguesa, “sem organização, nem estatutos, cotizações fixas, comités, secretariados, presidências...” cujo traço de união se limita à “simpatia com as ideias expendidas no nosso jornal”¹²⁶. Os “Amigos da Liberdade” disporiam assim de uma tribuna para “registar as suas correspondências e informações que interessem aos portugueses imigrados, tanto em França, como no resto do mundo. As colectividades que os agrupam poderão também utilizar essa página para a sua propaganda e para versar assuntos de interesse colectivo»¹²⁷. Os “Amigos da Liberdade” têm por tarefa contribuir para a divulgação do jornal, distribuindo-o à sua volta ou enviando-o para Portugal, ou ainda promovendo subscrições a seu favor. Os fundos obtidos seriam empregues na compra de jornais estrangeiros, a enviar depois para Portugal¹²⁸. Em Outubro de 1938 tinham sido criados grupos de “Amigos da Liberdade” em Lisboa, São Paulo, Newark, Madrid, Barcelona, Marselha e Eaubonne, locais de concentração da emigração anarquista à excepção do primeiro¹²⁹. O esforço desenvolvido pelos grupos permite aumentar a tiragem de *Liberdade*, considerando-se a hipótese de duplicar o número de páginas (que era então de 4), mas dependente do aval dos grupos no Brasil e nos Estados Unidos. O aumento do número de páginas é apresentado como uma necessidade para o desenvolvimento da propaganda anarquista e uma maneira de rivalizar com os demais jornais “antifascistas” publicados na emigração (caso do *Unir* e de um jornal que estava para ser editado nos Estados Unidos pelo republicano João Camoesas)¹³⁰.

A actividade dos “Amigos da Liberdade” perde dinamismo com a interrupção da publicação, nos inícios de 1939. Os anarquistas justificam-na pela preocupação em afastar tudo o que pudesse contribuir para a divisão dos antifascistas¹³¹. A ideia de reactivar os grupos surge

124 *Liberdade*, nº 22, de 1 de Maio de 1939.

125 *Liberdade*, nº 8, de 1 de Agosto de 1938.

126 *Liberdade*, nº 10, de 1 de Setembro de 1938.

127 *Liberdade*, nº 10, de 1 de Setembro de 1938.

128 *Liberdade*, nº 10, de 1 de Setembro de 1938.

129 *Liberdade*, nº 12, de 1 de Outubro de 1938.

130 IHS, FAI-CP, maço 30, C3, correspondência de José Agostinho das Neves para Germinal de Sousa, de 30 de Novembro de 1938.

131 *Liberdade*, nº 29, de 17 de Junho de 1939.

em Junho de 1939, no seguimento do reaparecimento do jornal, mas as possibilidades de acção dos estrangeiros em França são cada vez mais diminutas, sendo abandonada com a interdição de *Liberdade*. José Agostinho das Neves tenta ainda substituir o jornal por uma folha, *Democracia*, publicada em espanhol, em Setembro de 1939. Mas a manobra é descoberta pelos serviços do Ministério do Interior, levando à sua proibição, em Outubro de 1939¹³², após a publicação de três números (Dreyfus-Armand, 1994)¹³³.

3. A Imprensa anarquista

Rebelião é um órgão de propaganda libertária, órgão da FAPE. O jornal começa a publicar-se em 1932 mantendo-se até Dezembro de 1938, compondo-se de três séries que saem de modo irregular e com interrupções. A I série data de 1932 e limita-se a três números, publicados sob a orientação de Marques da Costa, tendo como subtítulo “páginas de exílio”, com



Figura 9
Rebelião N° 3, de 15 de Junho de 1932.
 (Arquivo Histórico-Diplomático).

132 Archives Nationales — France (AN), dépôt 800042/19, dossier Chambre du Commerce Portugaise.

133 Ignorando a imbricação das relações dos anarquistas portugueses com as organizações espanholas, o autor engloba, erradamente, este periódico na imprensa espanhola do exílio.

a pretensão de ser “o fulcro e o porta-voz dum movimento popular contra a ditadura e pela liberdade”¹³⁴. Esta série, concebida provavelmente em França, é impressa em Espanha com fundos do Comité de Madrid¹³⁵. A II série inicia-se em Abril de 1935, após a reorganização da FAPE, e prolonga-se até ao início da guerra civil; tem como subtítulo “Jornal da Federação dos Anarquistas Exilados (FAPE), aderente à Federação Anarquista Ibérica (FAI)”. Ignora-se a tiragem da I Série, certamente pouco significativa; a II série avança como objectivo atingir a tiragem de 500 exemplares¹³⁶. Os primeiros números são impressos com fundos próprios da FAPE mas a situação financeira da organização não lhe permite a continuação da publicação, procurando obter junto da FAI uma ajuda material. O pleno desta organização, que se realiza em Julho de 1932, atribui ao *Rebelião* uma subvenção de 150 pesetas por número¹³⁷, mas o Comité Peninsular, que se constitui no seguimento desta assembleia, pronuncia-se contra a publicação do jornal em Espanha. A FARP, que se encontra na impossibilidade de imprimir um jornal próprio no interior, propõe a sua transformação em órgão do movimento anarquista português, e a consequente participação nos custos de impressão¹³⁸, mas a repressão do Verão e Outono de 1932 torna impossível a impressão de *Rebelião* em Portugal. Sem fundos que assegurem a sua publicação, a publicação de *Rebelião* é suspensa.

O primeiro número da II série, apresentado como suplemento¹³⁹, é um boletim dactilografado, confeccionado artesanalmente por Correia Pires sob orientação de José Rodrigues Reboredo (Correia Pires, 1975, p. 108). O “suplemento” é financiado com contribuições dos grupos *O Rebelde* de Madrid, e *Humanidade Livre* de Sevilha, de emigrados na África do Sul e de S. Fenix¹⁴⁰. Apesar das dificuldades económicas, a FAPE consegue editar o n.º 2 em Agosto de 1935, sob a responsabilidade de Germinal de Sousa; impresso em França, apresenta um melhor aspecto gráfico. Como as dificuldades de impressão persistem em Espanha, Germinal de Sousa confia esta missão a um dos núcleos da FAPE em França, provavelmente ao antigo tipógrafo José Agostinho das Neves.

Rebelião é enviada para os diversos países de emigração portuguesa nos quais a FAPE tem comités; no entanto, é no Brasil que o jornal recebe um melhor acolhimento. *A Plebe*, jornal dos anarquistas brasileiros, transcreve artigos do *Rebelião* sobre as prisões portuguesas, em particular sobre Angra do Heroísmo¹⁴¹, temática que constitui uma das principais preocupações da FAPE. Os artigos de natureza ideológica, de denúncia da ditadura e dos seus

134 *Rebelião*, I série, n.º 2, 15 de Abril de 1932.

135 Arquivo Histórico-Social — Biblioteca Nacional de Portugal (AHS), cx. 91. Ms. 242, balancete do comité de Madrid de Março-Julho de 1932.

136 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, circular aos grupos e camaradas isolados, de Agosto de 1935.

137 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, correspondência da FAI para a FAPE, de 29 de Julho de 1932.

138 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, correspondência da FAPE para a FAI, de 5 de Setembro de 1932.

139 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, circular da FAPE aos grupos, de Agosto de 1935.

140 IHS, FAI-CP, maço 6, B3, balancete de Março/Julho de 1935.

141 *A Plebe*, São Paulo, 27 de Abril de 1935.



Figura 10

A Voz do Núcleo. N.º 2, Junho de 1938.

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

crimes, de informação sobre a luta dos anarquistas em Portugal e de propaganda anticomunista são os mais frequentes, mas as relações com as organizações libertárias espanholas, as condições de vida nas prisões e na deportação e informações gerais sobre a FAPE merecem particular atenção por parte do jornal. A I série caracteriza-se por uma abordagem de temas variados, indo ao encontro das comunidades dispersas pelos quatro cantos do mundo, reflexo da experiência de Marques da Costa junto da emigração portuguesa no Brasil e na Argentina. Na II série, o número da responsabilidade de Germinal de Sousa focaliza-se no enquadramento doutrinário e na defesa do comunismo libertário, empregando uma linguagem de mobilização revolucionária. Mas em Outubro de 1935, Germinal de Sousa abandona a FAPE. O n.º 6 é referente ao período de Dezembro de 1935/Janeiro/Fevereiro de 1936, enquanto que o n.º 7, de Junho de 1936, é já realizado em Madrid, na confecção do qual está certamente implicado José Rodrigues Reboredo. Este número apresenta já um carácter mais antifascista do que propriamente de propaganda libertária, dando a prioridade à luta contra a ditadura em Portugal e a temas de carácter geral.

A III série de *Rebelião* é publicada entre Junho e Dezembro de 1938, e tem uma tiragem de 1.500 exemplares (Freire, 1984). Pretende-se imprimir ao jornal um carácter libertário, mas evitando polémica com outros sectores políticos¹⁴². A redacção está instalada em Barcelona, no n.º 30 da avenida Durruti. O jornal é financiado, em grande parte, com fundos obtidos por

142 IHS, FAI-CP, maço 39 B, circular da FAPE, n.º 2 [Maio de 1938].

intermédio de subscrições¹⁴³; entre Março e Agosto de 1938 foram recolhidas mais de três mil pesetas¹⁴⁴. As contribuições provêm essencialmente dos grupos anarquistas, mas também de subscritores isolados. O Núcleo Cultural Português, que edita, em Madrid, *A Voz do Núcleo*, decide suspendê-la, de modo a concentrar os esforços dos anarquistas na publicação de *Rebelião*, e transfere para o jornal o resto de uma subscrição realizada em favor do boletim do grupo. *Rebelião* é enviado para Portugal, Argentina e Estados Unidos pelo grupo “Novos Horizontes”, de Paris, mas problemas de correio dificultam a distribuição nos dois primeiros países. Em Outubro de 1938, a Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP) e o Comité de Buenos Aires queixam-se de não terem ainda recebido o jornal. Nos Estados Unidos, a difusão é assegurada pelo grupo “Antero de Quental”, sendo vendido em Newark, Danbury e São Francisco¹⁴⁵.

Rebelião tem uma periodicidade mensal durante os três primeiros números, mas, em Setembro, surgem dificuldades resultantes da falta de papel, da mobilização do pessoal das tipografias na frente de guerra, e dos cortes eléctricos operados em Barcelona¹⁴⁶. A publicação passa então a bimensal (o nº 4 corresponde aos meses de Setembro/Outubro, e o nº 5 aos de Novembro/Dezembro), mas passa de 4 a 6 páginas. O jornal publica-se em português, com uma página em espanhol. Entre os seus colaboradores contam-se destacadas figuras do anarquismo, com ligações ao movimento português, como o antigo secretário da AIT, Agustin Souchy, o publicista e dramaturgo espanhol Mauro Bajatierra, o dirigente da FAI, Manuel Perez, ou ainda Gonzalo de Reparaz, de origem portuguesa e professor da universidade de Barcelona, com ligações à corrente radical do exílio republicano. No número especial de Julho, dedicado à revolução espanhola, são publicados artigos de Federica Montseny e de Diego Abad de Santillán. A colaboração portuguesa é assegurada pelos membros do grupo “Neno Vasco” do secretariado da FAPE: José Rodrigues Reboredo, Manuel Firmo, Vivaldo Fagundes e “Celestino Campos”. Publicam-se notas biográficas das figuras emblemáticas do anarquismo: Errico Malatesta, Francisco Ferrer, Nestor Makkno, assim como textos doutrinários de Errico Malatesta e Sébastien Faure. Três temas principais são abordados pelo jornal: a revolução espanhola, as relações anarquistas luso-espanholas e a situação do movimento libertário português, através dos quais se pretende lutar contra a ditadura salazarista, a opressão das classes operárias portuguesa e espanhola e o capitalismo¹⁴⁷.

Apesar da intenção da FAPE em dar prioridade aos assuntos portugueses, a revolução espanhola é, sem dúvida, o tema central do jornal. As perspectivas de abordagem são diversas:

143 O custo do primeiro número foi de 500 pesetas. AHS, cx. 91, Ms. 1258, balancete da FAPE, de 1 de Março a 31 de Julho de 1938.

144 IHS, FAI-CP, maço 39 B, circulares da FAPE, nº 3, 4 e 5.

145 É de referir o papel desempenhado por Alfredo Gaspar e Guilherme Pereira na recolha de donativos para o movimento libertário junto da comunidade portuguesa nos Estados Unidos. Para além do grupo “Antero de Quental”, existe ainda o Ateneu de Educação Social, assim como um grupo da SIA, criado pelos anarquistas portugueses de Newark.

146 IHS, FAI-CP, maço 39 B, circular da FAPE, nº 6, Outubro de 1938.

147 *Rebelião*, III série, nº 3, de Agosto de 1938.

análise das causas da guerra, balanço da acção desenvolvida durante os últimos anos, estabelecimento de um paralelismo com a revolução francesa de 1789. Os movimentos libertários estrangeiros e a guerra, o papel da mulher, as colectividades agrárias e mesmo a situação política portuguesa e as suas implicações no conflito espanhol são temas igualmente presentes no jornal. No entanto, a evolução da guerra no terreno nunca é comentada pelo jornal, o que se deve a imposições da censura. Os artigos sobre o conflito espanhol são assinados por Mauro Bajatierra e redigidos num estilo militante, versando sobre o espírito de abnegação dos soldados e a sua determinação em vencer a guerra. *Rebelião* acorda também uma atenção particular à repressão franquista, cujo tema é abordado através das estampas de Castela, próximo dos portugueses, representando cenas de violência e morte, com o título de *Galiza mártir*.

As relações entre Portugal e Espanha são analisadas por Gonzalo de Reparaz e Manuel Perez, o primeiro a partir de reflexão histórica sobre o passado comum, o segundo através das ligações entre o movimentos libertário português e espanhol. Para Manuel Perez, há entre os dois povos mais do que uma simples afinidade de raça e de sentimentos comuns aos latinos, há sobretudo “uma profunda coincidência ao nível da ideia de redenção humana”¹⁴⁸. Manuel Perez realça que os portugueses sempre se mostraram solidários para com os espanhóis, em particular durante a ditadura de Primo de Rivera. Os dois povos, estreitamente ligados até à instauração da II República espanhola, separaram-se então, identificando Manuel Perez uma das causas do desastre espanhol nesta separação:

se o tivéssemos ajudado na sua luta contra os opressores, é certo que outro teria sido o curso da nossa guerra, pois Portugal, livre da tirania de Oliveira Salazar não se teria jamais prestado a ser um joguete trágico nas mãos da Itália e da Alemanha, que hoje invadiram as terras de Espanha¹⁴⁹.

A página em espanhol é dedicada à informação sobre a ajuda portuguesa à Espanha republicana, à denúncia dos crimes da ditadura de Salazar e à situação dos presos no Tarrafal. A prioridade é, contudo, dada às declarações de apoio à luta do povo espanhol. Vivaldo Fagundes apela à formação, em Portugal e no estrangeiro, de grupos de acção antifascistas para lutar contra a ajuda prestada por Salazar ao “fascismo internacional”, convidando os operários portugueses a sabotar o fabrico ou o transporte de material de guerra destinado à Espanha franquista ou ainda a opor uma resistência passiva, recusando a execução de tarefas que tenham qualquer ligação com os franquistas¹⁵⁰.

148 *Rebelião*, n.º 1, de Junho de 1938.

149 *Rebelião*, n.º 1, de Junho de 1938.

150 *Rebelião*, n.º 3, de Agosto de 1938.

O movimento libertário português ocupa um lugar secundário no jornal. Os artigos são redigidos tanto em português como em espanhol, mas de forma geral a primeira língua é mobilizada para questões internas do movimento português e a segunda para a denúncia das condições de detenção nas prisões portuguesas, os “crimes da ditadura”, as condições de vida no Tarrafal, assim como para a divulgação da actividade dos grupos da FAPE em Espanha e no estrangeiro. Os problemas internos do movimento libertário português são da responsabilidade de “Celestino Campos”, abordando-se nomeadamente a questão da unidade dos diversos sectores políticos na luta contra Salazar. *Rebelião* preconiza a unidade de acção, apresentada como o único meio que pode conduzir à transformação política e social, mas que deveria repousar na franqueza e na lealdade entre as diversas forças da oposição. Nestas condições, à FPP a FAPE contrapõe a Frente Antifascista, assente na colaboração dos anarquistas com os republicanos, de modo a impedir a preponderância comunista no seio da organização. A FAPE denuncia os princípios sobre os quais foi constituída a FPP porque repousam na representatividade das forças políticas de esquerda em detrimento da classe operária, que não estaria representada numa organização deste tipo e não poderia ter uma influência directa sobre ela¹⁵¹. Por conseguinte, a FAPE vê na FPP uma organização política resultante de uma iniciativa da III Internacional, preferindo-lhe a Frente Antifascista que promove nas páginas do *Rebelião*.

Conclusão

A primeira característica da imprensa republicana é o seu carácter efémero. Publicada de forma irregular devido à falta de fundos, mas também reflectindo dificuldades crescentes de introdução e distribuição em Portugal, as rivalidades entre as diferentes correntes e sensibilidades políticas, e o progressivo desinteresse dos republicanos pela militância activa, formação doutrinal e debate de ideias. A imprensa exilada anterior à guerra de Espanha deve ser entendida com uma forma de propaganda, porta-voz de uma estratégia de acção contra a ditadura e maioritariamente oriunda dos círculos republicanos.

O renascimento da imprensa portuguesa terá lugar em 1937-1939, num contexto de desenvolvimento do movimento antifascista internacional. O dinamismo desta imprensa antifascista, que se reflecte na sua longevidade (relativamente à imprensa anterior ao conflito espanhol), não teria sido possível, no entanto, sem o apoio financeiro da Espanha republicana (republicanos e organizações anarquistas), que deve ser analisado na sua dupla relação. Por outro lado, a circulação de jornais entre as diferentes colónias emigradas mostra

151 *Rebelião*, n.º 5, de Novembro/Dezembro de 1938.

que estes jornais, em particular o *Unir*, cumpriam a missão que lhes era atribuída: de elo de ligação entre correntes e comunidades. *Unir* perdurou na memória do antifascismo português, embora apenas alguns exemplares tenham sobrevivido dispersos por vários arquivos. Por sua vez, os jornais *Liberdade* e *Rebelião* são importantes “lugares de memória” da resistência anarquista, testemunhando do antifascismo que desde o início da ditadura militar norteou a actuação desta corrente. Se a “memória fraca”, na definição de Enzo Traverso (Traverso, 2005), da oposição não comunista foi incapaz de preservar estes “monumentos de papel” do antifascismo de cariz anarquista, a sua reavistação aponta para outras leituras que a suposta agonia na qual se encontraria o movimento no final dos anos 30, e desloca o ponteiro para outras questões.

A derrota da Espanha republicana e o conseqüente deslizar para um contexto de guerra mundial, leva a um endurecimento das autoridades francesas relativamente à actividade política desenvolvida pelos estrangeiros no seu território. Nas vésperas da II Guerra mundial deixa de ser possível editar em França uma imprensa de esquerda em língua estrangeira conotada com o antifascismo, tanto mais que a 26 de Setembro de 1939 o PCF e a extensa órbita de organizações satélite serão proibidas e extintas. Os exilados portugueses, numa situação angustiante, acabam por regressar a Portugal em finais de Junho de 1940 acreditando na amnistia dos « Centenários », outros permanecem em França, acabando por entrar na resistência. Mas as “armas de papel” permanecem silenciosas à espera de melhores tempos e de outras vagas de exilados, renascendo no espaço europeu apenas décadas mais tarde.

Referências bibliográficas

- Clímaco, C. (2017). *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*. Colibri.
- Correia Pires, J. (1975). *Memórias de um prisioneiro do Tarrafal*. Deaga.
- Dreyfus-Armand, G. (1994). *L'émigration politique espagnole en France au travers de sa presse, 1939-1975*. [Tese de doutoramento apresentada no Institut d'Etudes Politiques de Paris].
- Freire, J. (1984). O Anarquismo nos implacáveis anos 30. *Diário de Notícias*, 15 de Março.
- Guérrier, C. (1979). *La Jeune République de 1912 à 1945*. [Tese de Mestrado apresentada na Universidade de Paris II].
- Marques, O. (1990). *A Literatura clandestina em Portugal, 1926-1932*. vol. II. Fragmentos.
- Marques, O. (1973). *A Unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*. Publicações Europa-América.
- Morais, J. (2000). *Apontamentos de uma vida*. Éditions Quatorze.
- Oliveira, C. (1987). *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Edições O jornal.
- Rivas, P. (1984). António Sérgio em França. *Arquivos do Centro Cultural Português*, 20, 65-80.
- Traverso, E. (2005). *Le passé, modes d'emploi : histoire, mémoire, politique*. La Fabrique.